



# **ASSOCIAÇÃO INSTRUÇÃO EDUCAÇÃO E CARIDADE**

**REDE HORTO DE ENSINO**

# **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**2018**

## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>5</b>
<b>2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO</b> .....	<b>6</b>
2.1 ENTIDADE MANTENEDORA E ESTABELECIMENTOS .....	6
2.2 CURSOS .....	6
<b>3 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS</b> .....	<b>7</b>
<b>4 MARCO REFERENCIAL</b> .....	<b>7</b>
4.1 MARCO SITUACIONAL .....	7
4.1.1 Dom Pedrito – Escola de Ensino Médio Nossa Senhora do Horto .....	14
4.1.2 Uruguaiana – Escola de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Horto .....	16
4.1.3 Porto Alegre – Belém Novo – Escola de Ensino Fundamental Madre Raffo .....	18
4.2 MARCO DOUTRINAL .....	20
4.2.1 A pessoa que queremos ajudar a construir .....	21
4.2.2 A sociedade que queremos ajudar a construir .....	21
4.2.3 A Igreja que queremos ser .....	22
4.3 MARCO OPERATIVO .....	23
4.3.1 Concepção de Educação .....	23
4.3.2 Concepção de Escola .....	24
4.3.3 Proposta Metodológica .....	25
4.3.4 Conteúdo .....	26
4.3.5 Avaliação .....	26
4.3.6 Pessoas envolvidas no Processo Ensino-Aprendizagem .....	27
4.3.6.1 Educador .....	27
4.3.6.2 Educando .....	28
4.3.6.3 Família .....	28
<b>5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR</b> .....	<b>29</b>
5.1 ESTRUTURA DOS NÍVEIS DE ENSINO .....	30
5.1.1 Educação Infantil .....	30
5.1.2 Ensino Fundamental .....	30
5.1.3 Ensino Médio .....	30
5.2 CONSTITUIÇÃO DAS TURMAS .....	31
<b>6 OBJETIVOS DOS NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO OFERECIDO</b> .....	<b>31</b>
6.1 EDUCAÇÃO INFANTIL .....	31
6.2 ENSINO FUNDAMENTAL .....	32
6.3 ENSINO MÉDIO .....	33
<b>7 ESTRUTURA CURRICULAR</b> .....	<b>33</b>
7.1 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO .....	34
<b>8 MATRIZES CURRICULARES</b> .....	<b>35</b>
8.1 MATRIZES CURRICULARES DA ESCOLA DO HORTO DE DOM PEDRITO .....	35
8.1.1 Matriz Educação Infantil .....	35
8.1.2 Matriz Ensino Fundamental I .....	35
8.1.3 Matriz Ensino Fundamental II .....	36
8.1.4 Matriz Ensino Médio .....	37
8.2 MATRIZES CURRICULARES DA ESCOLA DO HORTO DE URUGUAIANA .....	38
8.2.1 Matriz Educação Infantil .....	38
8.2.2 Matriz Ensino Fundamental I .....	38
8.2.3 Matriz Ensino Fundamental II .....	39

8.3 MATRIZES CURRICULARES DA ESCOLA MADRE RAFFO.....	40
<b>8.3.1 Matriz Educação Infantil .....</b>	<b>40</b>
<b>8.3.2 Matriz Ensino Fundamental I.....</b>	<b>41</b>
<b>8.3.3 Matriz Ensino Fundamental II.....</b>	<b>42</b>
<b>9 REGIME ESCOLAR.....</b>	<b>42</b>
9.1 ORGANIZAÇÃO DE CURSOS E CALENDÁRIOS.....	42
9.2 MATRÍCULA.....	43
9.3 TRANSFERÊNCIA ESCOLAR.....	44
9.4 CLASSIFICAÇÃO.....	44
9.5 ADAPTAÇÃO .....	44
9.6 AVANÇO .....	44
9.7 FREQUÊNCIA.....	45
9.8 PROGRESSÃO PARCIAL.....	45
9.9 CERTIFICAÇÃO.....	45
<b>10 AVALIAÇÃO .....</b>	<b>45</b>
10.1 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	45
10.2 AVALIAÇÃO DO ALUNO .....	45
<b>10.2.1 Princípios .....</b>	<b>46</b>
<b>10.2.2 Instrumentos de avaliação .....</b>	<b>47</b>
<b>10.2.3 Critérios de avaliação .....</b>	<b>47</b>
<b>10.2.4 Conselho de Classe .....</b>	<b>47</b>
<b>10.2.5 Formas de Acompanhamento e Expressão de Resultados.....</b>	<b>48</b>
<b>10.2.6 Níveis de Promoção .....</b>	<b>49</b>
<b>10.2.7 Recuperação.....</b>	<b>50</b>
<b>10.2.8 Estudos Compensatórios de Infrequência.....</b>	<b>50</b>
<b>10.2.9 Revisão de Provas.....</b>	<b>51</b>
<b>11 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA.....</b>	<b>51</b>
11.1 REPRESENTANTE DA ENTIDADE MANTENEDORA.....	51
11.2 A DIREÇÃO.....	51
<b>11.2.1 Diretor(a) .....</b>	<b>51</b>
<b>11.2.2 Assistente de Direção .....</b>	<b>52</b>
<b>11.2.3 Equipe Administrativa.....</b>	<b>52</b>
11.3 CONSELHO TÉCNICO - ADMINISTRATIVO - PEDAGÓGICO .....	52
11.4 SERVIÇO DE SUPERVISÃO ESCOLAR (SSE).....	52
11.5 SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL (SOE).....	53
11.6 SERVIÇO DE PASTORAL ESCOLAR (SPE).....	53
11.7 SERVIÇO SOCIAL.....	53
11.8 SERVIÇO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO .....	53
11.9 CORPO DOCENTE.....	54
11.10 CORPO DISCENTE .....	54
<b>11.10.1 É compromisso do aluno.....</b>	<b>54</b>
<b>11.10.2 É vedado ao aluno.....</b>	<b>55</b>
<b>11.10.3 Medidas Pedagógicas .....</b>	<b>55</b>
11.11 SERVIÇOS DE APOIO PEDAGÓGICO .....	56
<b>11.11.1 Biblioteca Escolar .....</b>	<b>56</b>
<b>11.11.2 Laboratório de Multimídia.....</b>	<b>56</b>
<b>11.11.3 Serviço de Assistência .....</b>	<b>57</b>
<b>11.11.4 Sala de Recursos Multifuncionais .....</b>	<b>57</b>
11.12 SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO .....	57
<b>11.12.1 Serviço de Secretaria .....</b>	<b>57</b>

<b>11.12.2 Serviço de Tesouraria .....</b>	<b>57</b>
<b>11.12.3 Serviços Gerais .....</b>	<b>57</b>
11.12.3.1 Setor de Conservação e Limpeza .....	57
11.12.3.2 Setor de Recepção .....	57
<b>11.12.4 Serviço de Comunicação e Marketing .....</b>	<b>58</b>
11.13 INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES .....	58
<b>11.13.1 Grupo de Apoio de Pais Representantes de Turmas (GAPRT) .....</b>	<b>58</b>
<b>11.13.2 Grêmios Estudantis.....</b>	<b>58</b>
<b>11.13.3 Pais ou Responsáveis.....</b>	<b>58</b>
<b>12 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>61</b>

## **1 APRESENTAÇÃO**

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) das Escolas Horto – Dom Pedrito, Horto – Uruguaiana e Madre Raffo - Porto Alegre, que formam a Rede Horto de Ensino, além de ser uma exigência legal, prescrita na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, expressa a identidade da Instituição permeada pelos seus objetivos e gestão educativa. Define a natureza de sua mantenedora Associação Instrução Educação e Caridade e o papel socioeducativo e cultural da Escola, bem como sua organização e gestão curricular subsidiado pelo seu Regimento Escolar e sua Proposta Pedagógica.

Este PPP, documento balizador das ações educativas está inspirado na Missão Da Rede Horto de Ensino, que deseja ser escola de referência em educação integral, entrelaçada pelos princípios cristãos, aberta aos desafios contemporâneos e reconhecida pelos valores, acolhimento e cuidado para com o educando, cujo lastro vem ser a trajetória histórica e educativa da Rede expressa pela congregação Filhas de Maria Santíssima do Horto que tem garantindo um percurso formativo de centenas de crianças e jovens, quando se propõe a desenvolver uma proposta educativa que tem como centro a Pessoa dentro de um projeto em que os participantes possam expressar e compartilhar e trocar experiências e aprendizagens como seres-em-relação.

Educar e evangelizar cristãos responsáveis e colaborativos dentro dos Princípios Gianellinos, a fim de colaborar na formação de uma sociedade que privilegie a participação, a inclusão, a convivência e a solidariedade é sonho, é meta.

## 2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

### 2.1 ENTIDADE MANTENEDORA E ESTABELECIMENTOS

<b>ENTIDADE MANTENEDORA</b>		
<b>ASSOCIAÇÃO INSTRUÇÃO EDUCAÇÃO E CARIDADE</b>		
<b>Presidente:</b> Valdéte Pirocca		
<b>Endereço:</b> Av. Belém Velho, 4299	<b>Bairro:</b> Vila Nova	
<b>CEP:</b> 91740-810	<b>Cidade:</b> Porto Alegre – RS	<b>Fone:</b> (51) 3245-2747

<b>ESTABELECIMENTO</b>		
<b>ESCOLA DE ENSINO MÉDIO NOSSA SENHORA DO HORTO</b>		
<b>Endereço:</b> Av Rio Branco, 1206	<b>Bairro:</b> Centro	
<b>CEP:</b> 96450-000	<b>Cidade:</b> Dom Pedrito - RS	<b>Fone/Fax:</b> (55) 3243-1805

<b>ESTABELECIMENTO</b>		
<b>ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL NOSSA SENHORA DO HORTO</b>		
<b>Endereço:</b> Rua Monte Caseros, 3261	<b>Bairro:</b> Centro	<b>Cadastro CEEEd/RS:</b> 131002 de 29/06/1999
<b>CEP:</b> 97510-381	<b>Cidade:</b> Uruguaiana - RS	<b>Fone/Fax:</b> (55) 3412-1954

<b>ESTABELECIMENTO</b>		
<b>ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL MADRE RAFFO</b>		
<b>Endereço:</b> Rua Dr. Carlos Flores, 53	<b>Bairro:</b> Belém Novo	
<b>CEP:</b> 91780-080	<b>Cidade:</b> Porto Alegre - RS	<b>Fone/Fax:</b> (51) 3259 -1113

### 2.2 CURSOS

<b>CURSOS</b>	
<b>Educação Infantil</b>	Maternal, Nível A e B
<b>Ensino Fundamental</b>	De 1º ao 9º ano
<b>Ensino Médio</b>	De 1º ao 3º ano

### **3 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS**

A Associação Instrução Educação e Caridade tem por finalidade a Educação Cristã, enquanto cria condições para o desenvolvimento da pessoa e marca presença no sistema educacional.

As Escolas da Rede Horto de Ensino, como escolas católicas, desenvolvem seu trabalho alicerçado numa proposta de educação, que tem como centro do processo um projeto educativo que visa à construção de uma sociedade fundamentada nos princípios cristãos e Valores Gianellinos.

Como Instituição, com objetivos claros e definidos, a Escola se propõe a oferecer condições favoráveis ao crescimento do ser humano, oportunizando uma educação integral e transformadora, que considera o educando como sujeito do próprio desenvolvimento, tendo como base objetos de conhecimentos, unidades temáticas e habilidades, que possam contribuir para a formação de pessoas capazes de interagir socialmente, garantindo o direito de aprender e se desenvolver com qualidade.

Voltada para a realidade e para os problemas do mundo de hoje, à luz de uma visão crítica, a Escola se engaja como agente de mudança do pensar e do agir, na construção de uma sociedade que defenda os valores da justiça, igualdade, fraternidade, participação, diálogo e solidariedade.

### **4 MARCO REFERENCIAL**

#### **4.1 MARCO SITUACIONAL**

O mundo contemporâneo é o resultado de profundas mudanças ocorridas pela globalização, na interação das pessoas com o meio social e ambiental, caracterizadas pelas diversas culturas e conhecimentos.

A globalização proporciona rapidez no processo de assimilação das informações ao mesmo tempo em que dita valores consumistas e capitalistas, tornando necessário prover meios aos seres humanos para que alcancem seus objetivos materiais, políticos, culturais e espirituais. Nesta perspectiva, a escola precisa ser um espaço que ofereça alternativas para superação das injustiças, diferenças, distinções e divisões decorrentes deste contexto.

O Brasil promulgou a Constituição Federal em 1988, a qual ficou conhecida como “Constituição Cidadã” devido às mudanças nas leis voltadas à área social, essas alterações trouxeram esperança de diminuição das desigualdades sociais, então presentes na época.

Desde então, o esforço nacional concentra-se em dar exequibilidade ao conjunto de direitos nela contidos e construir na sociedade o projeto de país e de cidadania proposto pela Constituição Federal.

A nação busca com obstinação, superar totalmente as pendências que persistem da etapa do subdesenvolvimento, por meio de uma agenda sumarizada em três pontos:

1. A inserção competitiva das populações em situação de exclusão de risco – *dimensão econômica*.
2. A erradicação das desigualdades sociais intoleráveis – *dimensão social*.
3. A elevação dos níveis de direitos humanos e democráticos – *dimensão política*.

O Brasil vem se tornando, crescentemente, uma sociedade moderna, inserida na ordem internacional, participando dos mesmos avanços, desafios e riscos que as demais nações. A maior parte de sua população já ingressa nos segmentos denominados classes médias, de diferentes estratos.

A organização das Nações Unidas (ONU) no ano 2000 definiu aos países membros os 08 Objetivos do Milênio estabelecendo metas de desenvolvimento socioeconômico e de direitos humanos que teriam de ser alcançados até o ano de 2015.

Segundo relatório da própria ONU de 2014, o país já havia, até aquele ano, alcançado parte do conjunto de metas que compõem os Objetivos: por exemplo, a meta de erradicação da fome; a de universalização da educação primária; a de redução da mortalidade infantil; a de diminuição de incidência de HIV/AIDS; e a de realização de parcerias e ações de apoio a países em desenvolvimento.

Porém, novas pesquisas apontam contradições justamente no ano limite (2015) para atingir as metas. No final do ano passado (2016) a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou que o número de famílias com rendimento per capita inferior a 1/4 do salário mínimo voltou a crescer em 2015 após quatro anos de queda. De acordo com a classificação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), famílias com renda



de até 1/4 do salário mínimo per capita vivem na chamada "pobreza extrema". Aqueles que vivem com até meio salário vivem em "pobreza absoluta".

Segundo a pesquisa do IBGE, a faixa que mais cresceu entre 2014 e 2015 foi justamente a dos mais pobres, com renda de até 1/4 de salário mínimo per capita. Esse grupo saltou de 8% para 9,2% em um ano. Esse movimento reverte uma tendência de queda do número de pessoas que vivem na pobreza extrema no Brasil.

Entre outros objetivos não alcançados pelo Brasil, propostos pela ONU, estão a igualdade de gênero e o saneamento básico. Conforme Hildete Pereira de Melo, professora de Economia da UFF e uma das referências em pesquisa de relações de gênero no país, as metas sobre gênero “estão travadas”, ao falar da promoção da igualdade e da autonomia das mulheres, um dos oito Objetivos. Concerne ainda que não se alcançou igualdade salarial entre os gêneros e nem há políticas específicas para preenchimento de postos de comando por mulheres. No entanto, afirma que houve um avanço importante, que foi a aprovação e a regulamentação da PEC das Domésticas, lembrando que o trabalho doméstico tem sido a primeira ocupação das mulheres brasileiras ao longo de toda a História republicana.

No sul do Brasil, há um menor percentual de pobres que a média nacional. Isto também é verdadeiro para indicadores como analfabetismo e mortalidade infantil, por ser uma região que possui qualidade de vida e IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) bem superior à média nacional.

Estima-se que mais de 70% da população no Estado, seja formada por diferentes estratos das classes médias ou classes trabalhadoras, com acesso a trabalho regular, renda estável e estrutura sociocultural que sustenta variados níveis de participação. Disto não se deduz que não haja pobreza.

Por outro lado, os grandes desafios nacionais estão nas metrópoles. Elas são marcadas pelo fenômeno da conturbação das regiões metropolitanas e pelo convívio muito próximo entre contingentes de pobres e a expansão econômica e física das classes médias altas. Nas cidades convivem, como vizinhos, bairros nobres como jardins europeus ao lado de aglomerados urbanos de grande pobreza, que podem lembrar as regiões mais excluídas e pobres da África.

O país vem conhecendo números alarmantes no tema violência e criminalidade urbana (roubos, furtos, assalto à mão armada, homicídios, etc.), tornando este o maior e mais imediato desafio do país para as populações médias urbanas, prioridade nas agendas eleitorais. Embora isto possa ser frequente nas chamadas *sociedade em*

*desenvolvimento*, a sociedade brasileira sente-se confrontada pelo narcotráfico e seus subprodutos. Isto é recorrente nas favelas brasileiras e nos bairros que foram manchas urbanas de concentração de pobreza, exclusão e ausência de serviços do Estado. O narcotráfico e as gangues criminosas tem sido o principal fator de óbito entre homens jovens. A criminalidade está mais presente justo nas áreas das cidades onde os serviços públicos são mais deficitários ou ausentes.

A nação parece olhar com grande distância, e de forma crítica, seu passado escravocrata. Embora as populações negras ainda não tenham, em escala, alcançado sua efetiva inserção econômica nas classes médias brasileiras, este é um país que se define pelas políticas de cotas, as quais estão sendo criticadas nos meios populares, e opera politicamente na construção de consensos, um permanente esforço de incluir aqueles que estão à margem dos processos.

O Brasil, não obstante, seus grandes desafios se caracterizam por uma cultura popular cada vez mais inclusiva, que mistura as diferenças e valoriza isto como elemento de identidade nacional, acelerando o processo de integração e valorização da diversidade. Segundo o antropólogo Roberto da Matta, o futuro étnico-cultural do brasileiro é um mulato de olhos azuis, porta voz da miscigenação étnica, do sincretismo religioso e diversidade cultural.

Demograficamente, há um fenômeno em curso que já era conhecido dos povos europeus, desde a segunda metade do século XX. É o chamado *efeito bolha*, no gráfico das faixas etárias da população. O país expandiu o crescimento populacional até os anos 70, tendo atingido o maior índice de crescimento da história, justo entre as décadas de 50 e 60. Com a fantástica queda da taxa de natalidade, fenômeno que não decorreu de nenhuma decisão governamental, nem da realização de qualquer programa público para a redução da natalidade, o número de crianças que nascem é, a cada ano, inferior ao ano anterior, isto, desde os anos 70. Assim, hoje o país tem o maior número de jovens de sua história e uma sempre menor população infantil.

Como consequência da elevação dos níveis de qualidade de vida e da longevidade, também no Brasil a população idosa cresce aceleradamente e vem se tornando um desafio para políticas públicas destinadas a esta faixa da população. O censo demográfico de 2016 apontou o seguinte quadro populacional, por regiões:

<b>R e g i ã o</b>	<b>P o p u l a ç ã o</b>
Norte	17.707.783
Nordeste	56.915.936
Sudeste	86.356.952
Sul	29.439.773
Centro-Oeste	15.660.988
<b>Brasil</b>	<b>206.081.432</b>

Há vários aspectos surpreendentes nos dados demográficos do país neste tema, impactando todas as políticas públicas no presente e para o futuro:

1. O referido efeito bolha produz a redução na procura por vagas nas escolas de ensino fundamental, originando políticas de redução de vagas nas redes pública e privada, fechamento e aglutinação de escolas no centro e no sul do Brasil, após muitos anos de grandes esforços pela expansão do ensino e de vagas.

2. A redução do número de filhos por família no Brasil. Ao final dos anos 50, tinha-se uma taxa média nacional de 6,7 filhos por mulher em idade reprodutiva. Este indicador começou a cair nos anos 60 e nunca mais deixou de baixar. O número de filhos por mulher caiu 26% nos últimos 14 anos no Brasil, passando de 2,39 filhos por mulher para 1,77, entre 2000 e 2013. Junto à queda na taxa de fecundidade, aumentou o percentual de mulheres sem filhos no país.

3. A queda é mais intensa nas classes populares, uma vez que, demograficamente, em apenas 40 anos, somente é possível se obter uma queda tão acentuada se ela for consistente justo onde a taxa de natalidade era alta. Isto fica comprovado quando comparamos as taxas de natalidade entre estados e regiões mais ricas e mais pobres do país. O Nordeste, região que reúne 09 estados mais pobres do Brasil, tem taxa de natalidade igual às duas regiões mais ricas – o Sul e Sudeste.

4. Por fim, destaca-se a impressionante queda da natalidade, um fenômeno quase espontâneo na sociedade, uma vez que o Estado não realizou políticas para a redução da natalidade, diferentemente das experiências indiana e chinesa, para citar apenas os casos mais notórios, os quais em nada se assemelham a redução alcançada no Brasil.

Desejando superar as formas tradicionais da família patriarcal, autocrática e opressiva, a sociedade lutou pela reformulação do modelo de família do qual é originária. No entanto, este esforço meritório deu origem a efeitos não previstos, de crescente desestruturação deste e de qualquer modelo de unidade familiar, colocando as gerações do presente diante de fatos consumados e gerando perplexidade e incompreensão com o que está acontecendo. É como num movimento de antítese em que para superar uma situação anterior tenha-se desestruturado a base para o desenvolvimento humano, pessoal e dos valores.

O Brasil acompanhou o movimento no âmbito da ONU, desenvolvendo esforços de valorização de formas alternativas de família. Reconheceu as unidades familiares lideradas pela mulher que passaram a ter legitimidade legal, além de reconhecida como fórmula mais estável de unidade familiar (cf. Conferência Habitat II da ONU, em 1996, na cidade de Istambul). A experiência apontou que este avanço parece estar produzindo a equivocada dispensabilidade da função masculina no interior do lar. Isto vem se revelando uma perversidade com as novas gerações. Os lares com persistente ausência da figura paterna, ou alguém que a desempenhe, responsável pelos modelos de limites, autoridade e responsabilidade, tem se revelado altamente nocivos para crianças e jovens em maior vulnerabilidade social.

A ausência da figura paterna é um dado estatístico que reincide na população adolescente e entre jovens adultos em conflito com a lei. A imensa maioria destes jovens não teve oportunidade de conhecer e experimentar noções de cuidado e limites. Lares baseados exclusivamente na figura materna sobrevivem; porém, tornam estas mulheres responsáveis por um conjunto de papéis, como as funções de afeto, provedora econômica, cuidadora presencial que são demasiados para uma só personagem.

Segundo o censo de 2010, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem de 4,4 milhões de lares compostos por pessoas que se separaram anteriormente ou ficaram viúvas. Também estão entre os 36,4% dos casais que não oficializaram a união nem no civil nem no religioso. Os dados mostram como a sociedade brasileira está se organizando de forma muito parecida com a europeia e a americana. Basta ver como aumentou o número de pessoas que vivem sozinhas, os registros civis de casamentos homoafetivos, os divórcios, as mulheres chefes de família. O quadro a seguir demonstra o novo retrato do país:

16,3% das famílias são resultados de recasamentos
2,5 milhões de enteados moram com padrastos e madrastas
36,4% dos casais não oficializaram a união nem no civil nem no religioso
3,1% da população brasileira é divorciada
881 mil lares tem homens vivendo com filhos, sem cônjuge

Estes dados refletem na escola, que também passa por alterações, pois recebe alunos oriundos de uma nova formatação familiar, e esta deve adequar-se a realidade, provendo meios para a inclusão, priorizando sempre os valores cristãos.

No âmbito geral, inclusão refere-se também à participação das pessoas com necessidades especiais na sua comunidade: trabalho, lazer, vida social etc. A inclusão, portanto, é um movimento que se opõe à segregação com que são tratadas as pessoas com deficiência.

A inclusão é um direito das pessoas com deficiência. É, também, um dever da sociedade mostrar-se competente para educar e propiciar condições dignas para essas pessoas.

O Brasil vem adotando, atualmente, políticas públicas de promoção ao respeito pela dignidade da pessoa humana, alcançando desse modo também a educação inclusiva. A legislação nacional que trata sobre a educação inclusiva tem por base a Constituição de 1988, a qual determina todo ordenamento jurídico pátrio e, conseqüentemente, a legislação a respeito da educação inclusiva.

A Constituição promove alta relevância aos direitos do cidadão. O artigo 208, em seu inciso III, estabelece que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Essa norma constitucional infundiu a edição de várias leis relacionadas ao atendimento educacional especializado.

Para compreender a educação inclusiva é necessário, primeiro, entender que esta não foi concebida apenas para determinados alunos e sim para todos, sem distinção. É preciso bem integrar os alunos na classe para que a aprendizagem possa acontecer. Para incluir um aluno com características diferenciadas, há necessidade de se criar mecanismos que permitam que ele se integre social, educacional e emocionalmente com colegas, professores e com os objetos do conhecimento e da cultura.

Dessa forma, a inclusão significa que não é o aluno que se molda ou se adapta à escola, mas a escola consciente de sua função que se coloca à disposição do aluno. Assim, alguns princípios precisam fundamentar os sistemas educacionais inclusivos, entre eles: direito à educação e à igualdade de oportunidade, escolas responsivas e de boa qualidade, direito a aprendizagem e a participação.

A Associação Instrução Educação e Caridade, personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de assistência social, cultural e beneficente, é mantenedora de Escolas, Obras e Serviços sociais, assumidos pelo Instituto das Irmãs Filhas de Maria Santíssima do Horto, situados no território nacional, em diversas localidades.

As escolas, os serviços comunitários e sociais assumidos e mantidos pela Associação, se estabelecem e desenvolvem seu trabalho, comprometidos com o *serviço* à sociedade, compromisso público de acesso e proteção de direitos e um mandato evangélico, segundo os princípios e valores cristãos.

Às Escolas, Obras e Serviços Sociais é oportunizada autonomia para as decisões práticas do seu fazer pedagógico, assistencial e administrativo, sempre que coerentes com a proposta da Mantenedora, tendo a pessoa como centro da ação educativa e assistencial, estando sempre atentas para que todos tenham as mesmas oportunidades e direitos, mas também deveres, valorizando dons e qualidades de cada um. Na sua ação do dia-a-dia, operam um processo dinâmico, integrado, orientado e planejado e, de igual forma, instrumento de integração, de aprendizado, de crítica e espaço concentrado de vivências, de liberdade, de alegria, de descobertas, de relacionamento humano e de celebração.

As Escolas, Obras e Serviços Sociais mantidos pela Associação, localizados no Estado do Rio Grande do Sul, apresentam características específicas:

#### **4.1.1 Dom Pedrito – Escola de Ensino Médio Nossa Senhora do Horto**

O município de Dom Pedrito, onde está situada a Escola de Ensino Médio Nossa Senhora do Horto, mantida pela Associação, Instrução, Educação e Caridade, apresenta as seguintes características:

Geograficamente, localiza-se na Região de Fronteira na metade sul do Estado, com uma área física de 5192 km, perfazendo a quarta maior área territorial do Rio Grande do Sul. A realidade socioeconômica é concentrada no setor primário da agropecuária, num total aproximado de 1300 propriedades. A produção de destaque é

a cultura do arroz irrigado, a partir dos anos 40, e a criação de bovinos de corte, ovinos e equinos (cavalos crioulos com premiação nacional). Possuidora desta realidade concentra maior quantidade da mão de obra no setor primário, porém, ao longo do tempo, vem diversificando sua economia, destacando-se a indústria do beneficiamento do arroz e o setor de serviços. Com isso, se faz necessário a aplicação e melhoria desta mão de obra, o que vem ocorrendo gradativamente através de políticas públicas.

Na esteira do comércio internacional, Dom Pedrito vem melhorando seus índices no que tange à exportação e ao recebimento de turistas ocasionais. A paisagem característica da Região da Campanha e a Rota Farroupilha tende a atrair investimentos específicos. A distância próxima a Santana do Livramento e a boa qualidade dos serviços, aliada a preços competitivos de hotelaria, tem sido motivo para que grupos habituais de compras em Rivera permaneçam em nossa cidade. Com isto há um incremento no comércio local.

Este dado, não se trata de algo novo, porque a hospitalidade do povo do pampa é tradicional e é tido como um dos grandes valores ético-morais da região. Isto se acrescenta ao espírito solidário do gaúcho, formando uma consciência coletiva e tácita entre os pedritenses.

Nos últimos anos, porém, advindo das diversidades econômicas, o homem pampiano é mais uma vítima do êxodo rural. Este em sua forma mais cruel empurra o povo rural em direção à cidade que carece ainda de alguns recursos, formando alguns cinturões de miséria. No particular pedritense, a urbanização irregular de áreas periféricas e a marginalização das classes menos favorecidas. A este fato soma-se o aumento dos índices de violência, a insegurança, o desemprego e o conflito de organismos sociais (MST, Sindicatos, Educação). Há, especificamente, um dado a ser acrescentado que é a migração de parte da população em movimentos sazonais para a região de Caxias do Sul e Grande Porto Alegre.

Na área educacional, as escolas públicas e particulares atendem a numerosa clientela nos três níveis de ensino, promovendo uma integração sócio-educacional. No nível técnico, conta com uma escola técnica estadual rural; com o Magistério, o Técnico em Contabilidade e Informática. No Ensino Superior, contamos com a URCAMP com o curso de Pedagogia e a UNIPAMPA, universidade de cunho federal com os cursos de Zootecnia, Enologia, Tecnologia em Agropecuária, Licenciatura em

Educação do Campo e Ciências da Natureza, sendo assim, houve uma crescente no campo educacional em nosso município.

#### **4.1.2 Uruguaiana – Escola de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Horto**

A cidade de Uruguaiana, onde está situada a Escola de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Horto, mantida pela Associação Instrução Educação e Caridade, possui uma área de 5.715km<sup>2</sup>. Localizada na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, compondo a Microrregião da Campanha, limitando-se com a República Oriental do Uruguai, com a República Argentina e com os municípios de Alegrete, Quaraí e Barra do Quaraí. É a maior cidade da região Oeste do Estado, com uma população de 129.580 habitantes (Fonte IBGE -2014), abrigando uma considerável extensão do Bioma Pampa.

A cidade é interligada à Argentina pela Ponte Internacional a qual possui dois nomes: “Getúlio Vargas” na metade brasileira e “Agustin Justo” na metade argentina, representando marco histórico entre as cidades de Uruguaiana e Paso de los Libres, servindo de passagem ao comércio internacional da América Latina, constituindo-se o maior porto rodoviário do país.

Economicamente, a pecuária tem grande importância para o desenvolvimento do município com vasta produção de corte, pecuária de leite, ovinicultura, equinocultura, bubalinocultura e aquicultura. Destaca-se também por ser o maior produtor de arroz da América Latina, produzindo 80 mil hectares de arroz irrigado.

O município, nos últimos anos, tem incentivado a cultura de hortifrutigranjeiros e a venda no mercado realizada pelos próprios produtores, incentivo que foi bem aceito pela população. Há também que ressaltar o cultivo de videiras e a industrialização de vinho que dá seus primeiros passos no interior do município.

No setor terciário, destaca-se o comércio exterior e de Transporte Internacional. É o maior Porto Seco Rodoviário da América Latina e o terceiro maior do mundo. Sua base é o distrito rodoviário que hoje agrupa empresas do ramo de transporte nacional e internacional

Devido à flutuação cambial, êxodo rural e as migrações intra e inter-regionais, surge o comércio informal com a oferta de mercadorias estrangeiras e/ou nacionais, com a concentração desse comércio em feiras livres (camelôs).



O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) evidencia um perfil socioeconômico considerado de médio desenvolvimento humano (IDH 0,5 e 0,8), mostrando uma posição intermediária economicamente estando na 224ª posição dentre os 496 municípios gaúchos. No entanto, apresenta graves problemas sociais e urbanos, evidenciando um desnível socioeconômico significativo, além de ser acometida por enchentes do Rio Uruguai, seguidamente, que afetam a população menos favorecida localizada na zona ribeirinha e periferia urbana.

A cidade abriga a sede de diferentes instâncias públicas estaduais e federais como o Juizado Estadual, Promotoria em várias varas judiciais, Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal, Procuradoria Federal e Justiça Federal.

Na área educacional, é atendida na Educação Básica por 4 Escolas Particulares, 27 Escolas Municipais, 31 Escolas Estaduais e mais de uma dezena de escolas exclusivas para o atendimento da Educação Infantil, bem como, conta com o atendimento universitário pela UNOPAR, UNIPAMPA, UNIP, UNINTER que oferecem variados cursos de formação. A administração municipal mantém uma escola Técnico-agrícola, e a administração federal mantém o Instituto Federal Farroupilha, que oferece cursos de nível médio técnico e superior.

Na área cultural, destaca-se o município por ser o pioneiro na promoção e realização de festival de Música Nativa “*Califórnia da Canção Nativa do Rio Grande do Sul*”, evento este, que tem incentivado o cultivo da tradição gaúcha e a oportunidade de explorar e mostrar os dons artísticos da comunidade rio-grandense, bem como, aproximar as nações vizinhas. A Biblioteca do Município, localizada no centro da cidade, facilita o acesso de professores e alunos, serve de suporte para o trabalho pedagógico. O município possui também a Casa de Cultura Raul Pont, o Centro Cultural Pedro Marini e o Teatro Municipal Rosalina Pandolfo que abrigam uma pauta extensa de eventos ao longo do ano. Além disso, o Carnaval fora de época faz parte do calendário cultural e turístico do município.

Na área da Comunicação, o município é servido por 4 jornais, 6 Emissoras de Rádio AM e FM e dois canais de TV: RBS TV e Canal Fronteira. Historicamente a Escola mantém boas relações com estes serviços, valendo-se dos mesmos para informações à Comunidade.

Os governos municipais têm expandido a rede municipal de educação básica, e implementado significantes melhorias, especialmente, na Educação Infantil.

A cidade é sede de uma das Dioceses mais extensas do Estado, abrigando três paróquias tradicionais: Catedral de Santana, Paróquia Nossa Senhora do Carmo e Paróquia São Miguel.

A sociedade uruguaianense tem confiado na Escola de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Horto, há mais de um século, especialmente, pela oferta de uma educação de qualidade, pelo cuidado com a criança e jovens e pela transmissão de valores Gianellinos, testemunhados pelas irmãs que representam o Instituto Filhas de Maria Santíssima do Horto.

#### **4.1.3 Porto Alegre – Belém Novo – Escola de Ensino Fundamental Madre Raffo**

A 29 de outubro de 1953, em ofício dirigido ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), o Eng. Ildo Meneghetti, então Prefeito de Porto Alegre, pedia esclarecimentos no sentido de fixar com precisão a data de fundação da capital. A consulta gerou aprovação por parte do plenário da instituição, com a seguinte manifestação: “Porto Alegre foi fundada em 26 de março de 1772, dia em que, criada a Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais, emancipou-se de Viamão, tornou-se uma unidade demográfica, adquiriu personalidade própria e passou a ser um aglomerado humano distinto”<sup>1</sup>.

Sendo a capital do Estado, seu desenvolvimento ocorreu em todos os sentidos socioeconômicos, principalmente pelas facilidades de acesso por vias terrestres e contar com o Aeroporto Internacional Salgado Filho. Tem na região mais situada ao norte da cidade, polo industrial, em função da localização do Distrito Industrial de Porto Seco, com ligação rápida a Região Metropolitana, sendo limítrofe do município de Canoas, polo em constante expansão principalmente pelo Complexo Petroquímico da Petrobras e a seguir, com o Vale dos Sinos, com toda a sua produção calçadista.

Já o Extremo Sul do município de Porto Alegre, por um longo tempo foi um tesouro escondido no contexto do desenvolvimento urbano da capital. Um refúgio sossegado com características de uma comunidade interiorana, onde todos se conhecem e tem uma relação estreita entre si, fosse por parentesco, ou pelos anos de vizinhança que fortaleceram os laços de boa amizade.

---

<sup>1</sup> OLIVEIRA, Clovis Silveira de. **A cidade e sua formação**. Porto Alegre: Ed. Metrópole, 1993.

Neste cenário, encontra-se a Escola de Ensino Fundamental Madre Raffo, mantida pela Associação Instrução Educação e Caridade (AIEC), que tem sua história no bairro, iniciada no mês de março do ano de 1958, sendo cinquentenária na integração com a comunidade e difusão do conhecimento e envolvimento social. Não seria digno para aquelas corajosas “Irmãs do Horto” apenas o apreço pela educação. A missão de evangelizar somou-se à prática assistencial, herança de seu fundador, Santo Antônio Maria Gianelli.

O Bairro Belém Novo sempre fora conhecido como um lugar aprazível para o lazer, sendo na época, o rio, hoje lago Guaíba, local preferido para banhistas que não podiam desfrutar “das praias de mar” como se falava. Porém, em nada perdia na sua essência de terra acolhedora, sendo possível pescar, sentar a sombra de um eucalipto no Leblon e até utilizar-se das churrasqueiras abertas, de tijolos, escondidas entre as árvores. Pode-se ainda acompanhar às margens do lago e se permitir a uma caminhada no entorno do Veludo, ou ainda descansar em um banco na Praça dos Amores e apreciar a paisagem. De um lado, a vastidão de água doce e, entre os juncos, barcos dos pescadores que ainda mantém na pesca a sua principal atividade. Em outra extremidade, em direção ao Lami, as chácaras, onde os produtores rurais até hoje semeiam a terra para a sua sobrevivência.

Os campos de futebol de várzea sucumbiram aos loteamentos, dos quais, muitos são clandestinos. No Arado Velho, foi necessária a construção de uma estação de tratamento de esgoto para auxiliar o Guaíba a se despoluir. Um benefício da tecnologia para compensar os anos em que não o respeitamos como fonte geradora de vida. Há ainda, Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) que enobrecem nossa cultura e ajudam a manter o afeto ao nosso lugar de origem.

Mas, embora o avanço imobiliário, fruto de um esgotamento habitacional em outras áreas da cidade, ainda traga para a região loteamentos planejados e outros, nem tanto, há a insistência de um bairro em manter o seu vínculo, seja com o lago, com os seus cidadãos, ou com suas referências. Tem-se uma Paróquia, Nossa Senhora de Belém, com seus 132 anos. São marcos de uma comunidade que se estendeu e se encantou com um patrimônio. As escadarias da Paróquia dividem sua frente com a Praça Ignácio Antônio da Silva, fundador da freguesia de Belém Novo, como abençoando fiéis, moradores e visitantes com suas boas vindas para que suas crianças se percam em correrias e brincadeiras praça afora. E elas riem, brincam, gritam, fazem peraltices. Os jovens se enamoram em bancos ou cadeiras trazidas de

casa. As famílias se reúnem para sorver de mão em mão um chimarrão. A figueira mantém sua esbelteza, servindo como local de encontro para quem faz exposição de trabalhos artísticos, caseiros. E neste enfoque familiar, a Escola de Ensino Fundamental Madre Raffo é uma presença marcante na comunidade. Tornou-se referência. Os primeiros alunos encaminharam seus filhos e agora matriculam os netos que passam a correr pelo pátio e corredores da Escola. Não é uma Escola qualquer. Conhece-se o aluno pelo nome, tanto quanto os antigos moradores se conheciam. Assim como a Paróquia e a Praça, a Escola é sinônimo de identificação geográfica no Bairro. Não seria surpresa para ninguém ao solicitar uma informação, ouvir como resposta, ainda hoje: - “lá perto do colégio das Irmãs”.

Este é o bairro onde o “Colégio das Irmãs” se localiza, formado por gente humilde, trabalhadora e agora sua beleza atrai a atenção de investidores. Mas, há carências. Há vilas requerendo infraestrutura como em outras regiões da cidade. Porém, existe uma comunidade ciente e orgulhosa do seu passado que espera no presente, a atenção do Poder Público para auxiliá-la a cuidar das suas maiores riquezas: a sua gente e o seu meio ambiente.

#### 4.2 MARCO DOUTRINAL

Expressa o ideal, anunciando um núcleo de valores congregadores dos fins da Instituição. É uma luz que ilumina o caminhar, é o marco orientador da forma de ser das Escolas Gianellinas.

A Associação Instrução Educação e Caridade, fundamentada no projeto de Jesus Cristo, compromete-se a participar na construção de uma sociedade humana, justa e fraterna, através de um processo educativo humanizador, participativo, dialogal e corresponsável conforme o carisma Gianellino. Deseja contribuir para um mundo solidário e inclusivo, ambientalmente sustentável e eticamente voltado para a paz e fraternidade. Deste modo, quer contribuir para a formação integral da pessoa humana e construção de um mundo melhor. Sendo assim, propõe-se ao desenvolvimento das potencialidades, habilidades e competências do educando a fim de que este cresça e amadureça em sua dimensão pessoal, ética, social, ecológica e transcendental.

#### 4.2.1 A pessoa que queremos ajudar a construir

Como comunidade educativa, com objetivos claros e definidos, constitui-se espaço comunitário de humanização, sob a responsabilidade e liderança da Mantenedora que, através das Escolas e Obras Sociais, constitui-se como organização viva, dinâmica e complexa, envolvendo vários atores e interesses diversos. Propõe-se a oferecer condições favoráveis ao crescimento da pessoa como um ser:

- **novo**, capaz de estabelecer relações construtivas com os demais seres humanos e com a natureza;

- **em relação**, que vive em comunidade, sujeito construtor da história, livre, solidário, capaz de amar, resolver conflitos e trabalhar em equipe.

- **atuante**, com atitudes fundamentadas nos valores cristãos, disposto a participar na construção de um mundo melhor, num clima de aceitação do outro como irmão, respeitando as diferenças, capaz de assumir a tarefa de humanizar e compartilhar a obra da criação;

- **em constante aprendizado**, pensante, criativo, descobridor, pesquisador, que mantém o espírito jovem, aberto às novas descobertas, realizações e mudanças, que busca crescer e desenvolver-se como ser social interessado na humanização do mundo, e do conhecimento.

- **com direito a viver com dignidade**, usufruindo: moradia, alimentação, trabalho, saúde, educação, lazer e segurança, bem como o dever de servir a esta mesma sociedade.

- **justo capaz de cooperar para uma sociedade melhor**, não se omitindo diante do abuso e exclusão, defendendo os direitos e valores morais, ecológicos, éticos e cristãos.

#### 4.2.2 A sociedade que queremos ajudar a construir

A Associação Instrução Educação e Caridade opta por uma sociedade que se fundamenta nos valores cristãos e éticos que evidenciam a dignidade humana, através de um processo transformador de educação que desenvolve a consciência crítica, a igualdade de condições e a cultura da solidariedade e da inclusão no projeto político-social-pedagógico-religioso.

O ideal dessa sociedade tem como meta a comunhão social, a igualdade, o respeito, a aceitação e inclusão do outro.

Uma sociedade voltada para a realidade e para e os problemas do mundo de hoje, à luz de uma visão crítica, ecologicamente comprometida com o grupo e com o ambiente, que se engaja como agente de mudança do pensar e do agir. Para isto deve ser:

- **fundamentada na dignidade da pessoa**, na qual todos tenham oportunidades iguais, respeitando as diversidades;
- **humanizadora**, que valorize a pessoa em todos os seus aspectos, oferecendo condições para um trabalho produtivo e de realização pessoal;
- **inclusiva**, de modo que todos possam crescer e participar das decisões, voltada para o transcendente, respeitando e valorizando o outro como irmão;
- **propulsora de uma vida de qualidade** para todos, em que a família seja considerada a célula fundamental da sociedade, capaz de promover os valores da justiça, da solidariedade, do amor, da paz, do respeito mútuo nas relações;
- **promotora de uma nova prática social e educativa** baseada no respeito entre as pessoas, que possibilite a todos o direito à educação, à saúde, à justiça, à liberdade de expressão religiosa e cultural, sem agressão e sem corrupção, aberta ao livre exercício da cidadania, atendendo ao bem comum;
- **justa, digna, fraterna e democrática**, na qual todo ser humano possa desenvolver-se integralmente e sentir-se acolhido e integrado.
- **crítica**, capaz de combater a exploração social e ambiental, consciente de que o descartável não se aplica jamais a pessoas ou a entidades que se digam humanas e cristãs.

#### **4.2.3 A Igreja que queremos ser**

A Associação Instrução Educação e Caridade, como Entidade Católica, quer ser e manter, na e pela educação, uma presença de Igreja profética, evangelizadora, missionária, fraterna, solidária e participativa, que:

- seja coerente com o Evangelho de Jesus Cristo e caminhe comprometida com os valores do Reino;
- esteja empenhada na transformação da pessoa e no desenvolvimento dos valores cristãos e éticos que evidenciem a dignidade humana;

- caminhe buscando a unidade na diversidade, através do diálogo inter-religioso;
- empenhe no anúncio e na denúncia das injustiças e desigualdades
- considere o leigo como protagonista na sua missão evangelizadora e educadora;
- considere que há uma esperança fundamental que se transforma em proposta audaciosa: “fazer de todos os cristãos discípulos missionários de Jesus Cristo para que n’Ele nossos povos tenham vida, convocando todos a serem cristãos em saída”.(Documento de Aparecida)

### 4.3 MARCO OPERATIVO

Expressa e consolida o ideal de prática a ser vivenciado, manifestando o modo como será desenvolvida a ação educativa, que objetiva contribuir na construção da sociedade almejada.

A Associação Instrução Educação e Caridade, como entidade católica, busca ser presença de Igreja no seu projeto educativo, baseado no que diz Gianelli:

Projetar é o verbo da Missão “[...] libertar-se de qualquer outro cuidado e compromisso para estar prontos o mais rapidamente possível, não a ir, mas quase a voar”, para onde a necessidade chama. Projetar é o verbo da coragem: “[...] ao empreender as obras algum risco é preciso correr, ter um pouco de confiança em Deus.” É olhar para frente, conhecer, discernir e realizar dando forma a algo novo, com a consciência de que “uma obra se enfrenta com maior probabilidade de sucesso se se trabalha conjuntamente quanto à decisão e à realização...”

Isso significa desenvolver uma missão educativa que estimula e provoca a transformação da sociedade e da pessoa, com coragem e discernimento.

#### 4.3.1 Concepção de Educação

A Mantenedora assume um compromisso com a Educação fundamentada no projeto pedagógico de Santo Antonio Maria Gianelli, que acredita na formação integral do educando, nos princípios de liberdade e nos princípios de que todos devem ter oportunidade de se formar pessoas preparadas para assumir com autonomia sua própria vida, e a vida em sociedade.

A trajetória Gianellina de atuação educativa ressalta o valor do ambiente cristão, fraterno e acolhedor que coloca o educando como centro do processo e da vida escolar e que dá sentido à missão dos educadores.

Portanto, promove uma Educação que:

- a) Considera o educando sujeito do seu próprio desenvolvimento;
- b) considera a pessoa como ser em relação consigo, com o outro, com mundo e com Deus;
- c) renova a pessoa para exercer uma ação crítica da realidade, respeitando a convivência ética e democrática;
- d) enfatiza, de forma especial, a solidariedade, a cidadania, o respeito à diversidade, a inclusão e ao multiculturalismo;
- e) gera humanidade, pelo cuidado, acolhida, da escuta e pelo acompanhamento que perpassa as relações interpessoais;
- f) possibilita uma formação integral, através de um fazer pedagógico humanizador, ético, participativo, inclusivo e corresponsável;
- g) desenvolve as habilidades e competências físicas, intelectuais, sociais, afetivas, respeitando as singularidades;
- h) desenvolve um ensino-aprendizagem que prioriza: o aprender a ser, a conhecer, a fazer e a conviver.

#### **4.3.2 Concepção de Escola**

A escola constitui-se de espaço de aprendizagem e de relações, que colaboram para a construção de sujeitos aprendentes em ambiente multicultural, dinâmico, guiando-se pelos valores humanos e evangélicos. Ela é o espaço de cultura, socialização e humanização, onde se faz a experiência da construção do conhecimento, quando, em sua prática:

- a) Volta-se para a realidade, reavalia, permanentemente, o contexto, mediante análise crítica do mesmo, tendo em vista a sua transformação;
- b) valoriza a curiosidade, a pesquisa, as linguagens, a criatividade, aprendendo-se pela ação-reflexão;
- c) apresenta uma proposta pedagógica baseada nos desafios da realidade, sem perder de vista os princípios Gianellinos;



d) revela-se espaço vivo e democrático, voltada para um trabalho cooperativo e de conexão entre os diferentes segmentos, respeitados os limites e as devidas responsabilidades;

e) valoriza a missão do educador e exige uma formação permanente;

f) busca a vivência de uma sociedade promotora da paz, da justiça, da solidariedade, da dignidade humana e do desenvolvimento da consciência de sustentabilidade.

### **4.3.3 Proposta Metodológica**

A metodologia diz respeito ao modo como o processo é conduzido em toda a sua extensão e globalidade, para atingir os fins propostos, ao organizar e assumir todo o currículo como meio de concretizar a Proposta Pedagógica. Esta ensina aprendendo, investiga abrindo caminhos, reflete teorizando e transformando a prática, e assim vai construindo habilidades e competências no educador e no educando.

Uma proposta metodológica deve estar atenta ao desenvolvimento de habilidades amparadas nos quatro pilares da educação que aponta para a construção: do conhecimento - o saber; do saber fazer - expressão de habilidades mentais, motoras; do saber ser e conviver - expressão de habilidades dos valores éticos e atitudes.

Desse trabalho educativo, espera-se que o aprendiz se construa gradativamente e ao longo de sua escolaridade, mobilizando conhecimento, valores, decisões e um agir autônomo para assim expressar sua aprendizagem com competência.

Logo esta Proposta Metodológica:

a) Coloca o educando como sujeito do processo ensino-aprendizagem e o educador como mediador, motivador, problematizador e organizador de informações no processo de apropriação e construção do conhecimento;

b) enfatiza as experiências e vivências do educando na dinâmica ação-reflexão-ação;

c) oportuniza um ambiente escolar múltiplo caracterizado pela harmonia, pela convivência, pelo aprender a respeitar as diferenças e as regras;

d) desafia e incentiva o educando a construir múltiplas habilidades a partir das suas experiências e da realidade, mobilizados por aprendizagens significativas e projetos interdisciplinares;

c) exige uma constante formação e aperfeiçoamento técnico de toda a equipe de trabalho da escola.

#### **4.3.4 Conteúdo**

Propõem como conteúdo todos os conhecimentos, conceitos, práticas, competências, habilidades, formas de ser e de agir utilizados na ação educativa, norteados pelos princípios da Educação Gianellina, que responde às necessidades e dúvidas das gerações que estão se educando, no momento em que:

a) Ajuda o educando a conhecer melhor a sua realidade e instrumentalizá-lo a agir sobre ela, através de projetos, exploração de temas geradores e transversais;

b) contribui para o crescimento do aluno como pessoa e como cidadão;

c) constitui um valioso instrumento sistematizado pela proposta pedagógica do qual o aluno se apropria para transformar em aprendizagens;

d) possibilita ao educando ampliar a visão de seu tempo histórico e seu papel na sociedade;

e) contribui para o aluno desenvolver potencialidade afetiva, física, cognitiva, ética, estética, para agir na busca de conhecimento científico e tecnológico, que facilite a inter-relação pessoal, o exercício da cidadania e a procura de um significado para a vida;

f) seja significativo, relacionado às reais necessidades dos educandos, críticos, articulados interdisciplinarmente e que veiculem valores humanos fundamentais;

g) expressa um currículo atualizado, inserido nas necessidades e urgências contemporâneas que acolhe e respeita às singularidades, à diversidade e à inclusão.

#### **4.3.5 Avaliação**

A avaliação mostra-se como um processo que acompanha e promove a aprendizagem, além de valorizar a execução do processo de ensino-aprendizagem.

É mediadora quando aproxima o facilitador e o aprendiz das informações e resultados. É diagnóstica, porque sinaliza as incompletudes do processo educacional e oferece indicativos para tomada de decisões. É transformadora, porque analisa a prática, fundamentada teoricamente na Proposta Educacional.

Assim a avaliação:

a) Oferece a oportunidade de ação-reflexão-ação, através de um acompanhamento permanente dos sujeitos envolvidos no processo;

b) é contínua, dinâmica e sistemática, mostrando-se instrumento de análise e síntese de resultados;

c) enfatiza a qualidade das modificações, valorizando a construção gradativa das habilidades, estabelecendo estreita relação entre objetivos e metodologia, ao longo do trabalho pedagógico;

d) considera a autoavaliação como meio de reconhecimento das condições pessoais, tendo em vista o crescimento;

e) investiga e indica as hipóteses e causas que interferem no crescimento individual e coletivo, possibilitando atuar sobre elas.

#### **4.3.6 Pessoas envolvidas no Processo Ensino-Aprendizagem**

A Associação Instrução Educação e Caridade se propõe, através de suas Escolas, valorizar a atuação de todas as pessoas envolvidas no trabalho educativo, principalmente, na relação educador-educando.

##### **4.3.6.1 Educador**

Façam sempre tudo o que compete e não desistam jamais de ninguém, nem daqueles que correspondem mal, porque pode ser que aquele fruto da boa educação do qual não fazem questão [...], o farão depois [...], no devido tempo. Esperem sempre, mas sempre bem.  
GIANELLI

Para que a Escola possa desenvolver sua ação educativa, necessita de um educador que:

a) Seja um estudioso, busque, permanentemente, a formação continuada, além de curioso, criativo, pesquisador, participativo e inovador;

b) evidencie sensibilidade e cuidado com o aluno no desempenho de sua função;

c) trabalhe em equipe, dialogando, reconhecendo o outro como colaborador, evidenciando a alteridade;

d) desenvolva qualidades como resiliência, paciência, autocrítica, bom senso e responsabilidade;

e) conheça os seus alunos, sua história de vida, valorizando suas conquistas pessoais, respeitando suas necessidades, potencialidades e individualidade;

f) estabeleça vínculos afetivos, proporcionando um clima de bem-estar na sala de aula;

- g) saiba lidar com imprevistos, resolvendo conflitos e situações-problema, educando para a sensibilidade;
- h) oriente a ação educativa pela coerência com os valores da instituição;
- i) planeje sistematicamente o processo, determinando, com suas intervenções, as situações de aprendizagem;
- j) tenha consciência da própria missão educativa e do compromisso com a promoção e defesa da vida.

#### 4.3.6.2 Educando

A participação do aluno é imprescindível como protagonista do processo educativo. O processo não avança se o aluno não participa.  
Gianelli

Protagonista do processo educativo, que estabelece trocas no exercício do aprender e ensinar, construindo saberes e evidenciando uma adequada cidadania.

Assim sendo, o educando:

- a) Constrói o conhecimento a partir de suas experiências e nas ofertas escolares de aprendizagem;
- b) participa de forma livre, responsável, crítica e cooperativa nas diferentes situações, tornando-se um sujeito autônomo;
- c) aprofunda seus estudos, evidenciando curiosidade e desejo de aprender, pesquisa e compartilha conhecimento, envolvendo-se ativamente nos projetos e eventos escolares;
- d) realiza a experiência peculiar da vida em sociedade junto à escola, usufruindo dos seus direitos e cumprindo com seus deveres;
- e) exercita os valores evangélicos, estabelecendo relações dialogais e solidárias;
- f) exercita o respeito aos outros, na superação de qualquer tipo de discriminação social e preconceito, convivendo e acolhendo o diferente.

#### 4.3.6.3 Família

A co-participação da família no processo educativo é primordial na educação. (Gianelli)

A família constitui importantíssimo segmento do ambiente escolar, peça fundamental na formação educativa dos filhos. Cabendo a ela somar-se à Escola no desenvolvimento do processo educativo com a responsabilidade de quem:

- a) Conhece o Projeto Político Pedagógico da Escola e empenhar-se na sua concretização;
- b) participa do processo educativo de seus filhos, incentivando-os ao crescimento humano, ao estudo e à pesquisa;
- c) estimula as ações e projetos promovidos pela Instituição, que envolvam a participação na comunidade;
- d) posiciona-se criticamente, frente às situações cotidianas, à luz dos valores éticos;
- e) demonstra respeito pela Escola, colaborando com ela, através do diálogo e do relacionamento amistoso com as pessoas envolvidas na educação de seus filhos;
- f) valoriza e cultiva a espiritualidade, como dimensão essencial à vida da pessoa.

Como Instituição Católica, as Escolas mantidas pela Associação Instrução Educação e Caridade dela recebem seu mandato. Por fidelidade ao carisma e à missão legada pelo Fundador, Santo Antônio Maria Gianelli, assumem uma clara identificação com a educação humanizadora e cristã, tendo “*Maria como modelo Mãe e Mestra*”.

Fundamentada no Evangelho, as Escolas se comprometem a melhorar sempre, tanto a *qualidade do fazer pedagógico* como o aprofundamento da *mensagem e do testemunho evangelizador*, a fim de conseguir "a síntese entre fé e cultura, entre fé e vida".

## **5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

O currículo representa a totalidade de experiências que a Escola, como Instituição, desenvolve e proporciona a seus educandos, evidenciando e difundindo os valores fundamentais de interesse social, dos direitos e deveres do cidadão e do respeito ao bem comum. Em vista dos objetivos educacionais a que se propõe, este se organiza de forma a coordenar e orientar os esforços de todos os partícipes envolvidos no processo educacional.

A previsão dos elementos fundamentais do currículo é feita a partir das Diretrizes do Ministério da Educação (MEC), do Conselho Nacional, Estadual e Municipal de Educação, da Escola e dos dados do Diagnóstico.

Considera-se como fundamental no Currículo:

- a) Os objetivos, enquanto metas desejáveis, que inspiram o fazer pedagógico.
- b) O Plano de Estudos, expressão do núcleo mínimo dos objetos de conhecimento, unidades temáticas e habilidades, considerando sua ordenação e forma de abordagem.
- c) A organização da vida escolar, decorrente de exigências legais e indispensáveis ao desenvolvimento do currículo.
- d) A adaptação de currículo, de forma a atender casos e alunos especiais, de acordo com as exigências legais.
- e) A abordagem pedagógica que atenda as práticas pluridisciplinar, multidisciplinar, transdisciplinar, revelando e orientando o trabalho escolar.

## 5.1 ESTRUTURA DOS NÍVEIS DE ENSINO

### 5.1.1 Educação Infantil

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida às crianças de 03 até 05 anos de idade, a fim de oportunizar o seu desenvolvimento socioeducativo.

### 5.1.2 Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental, parte integrante da Educação Básica, está organizado em Fundamental I (cinco anos) e Fundamental II (quatro anos), priorizando o desenvolvimento de habilidades que estimulem o aluno a aprender a conhecer, a aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a ser.

### 5.1.3 Ensino Médio

O Ensino Médio, parte integrante da Educação Básica, está organizado em três anos e é de fundamental importância ao exercício da cidadania, ao acesso às atividades produtivas e ao prosseguimento de estudos, priorizando o desenvolvimento de habilidades e competências que estimulem o aprender a conhecer, o aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a ser.

## 5.2 CONSTITUIÇÃO DAS TURMAS

As Escolas de Ensino Fundamental mantêm:

- a) Educação Infantil: Maternal e Níveis A e B;
- b) Ensino Fundamental: 1º ao 9º ano.

A Escola de Ensino Médio mantém:

- a) Educação Infantil: Maternal e Níveis A e B;
- b) Ensino Fundamental: 1º ao 9º ano;
- c) Ensino Médio: 1º ao 3º ano.

O número de alunos por classe obedece às condições físicas de cada sala ou ambiente de realização das atividades e à limitação decorrente de norma legal porventura emanada pelo órgão competente.

A organização das turmas e/ou mudança de turno, obedecerá a critérios de ordem psicopedagógica e administrativas estabelecidas pelo Diretor juntamente com a Equipe Pedagógica, não cabendo ao educando e/ou a seus pais e responsáveis qualquer interferência neste aspecto.

A escola respeita e cumpre a Legislação Vigente ao constituir as turmas nos determinados níveis e anos.

## 6 OBJETIVOS DOS NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO OFERECIDO

### 6.1 EDUCAÇÃO INFANTIL

A Escola de Ensino Médio Nossa Senhora do Horto – Dom Pedrito, a Escola de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Horto – Uruguaiana e a Escola de Ensino Fundamental Madre Raffo – Porto Alegre, ao oferecer a Educação Infantil, têm como objetivo:

a) Ampliar as relações sociais, através de experiências culturais e lúdicas, preservando a espontaneidade, promovendo o bem-estar e estimulando a aquisição do conhecimento do ser humano, da natureza e da sociedade.

b) Oportunizar o desenvolvimento harmônico do aluno, respeitando suas fases psicogenéticas.

c) Acolher das singularidades, respeitando seus contextos culturais, seus tempos e níveis de aprendizagens.

d) Promover a integração entre as diferentes áreas do conhecimento, tendo como princípio a ludicidade e o desenvolvimento de habilidades.

e) Vivenciar os princípios da ética e estética, da igualdade e fraternidade, atendendo ao desenvolvimento da cidadania.

f) Possibilitar o desenvolvimento integral do aluno em seus aspectos: físico, social, afetivo, psicomotor e cognitivo, criando condições de variadas aprendizagens.

## 6.2 ENSINO FUNDAMENTAL

A Escola de Ensino Médio Nossa Senhora do Horto – Dom Pedrito, a Escola de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Horto – Uruguaiana e a Escola de Ensino Fundamental Madre Raffo – Porto Alegre, ao oferecer o Ensino Fundamental, têm como objetivo:

a) Oportunizar experiências sociais, culturais e científicas, que desenvolvam habilidades e competências nas diferentes áreas do conhecimento, a fim de qualificar a aprendizagem.

b) Acolher as singularidades, respeitando seus contextos culturais, seus tempos e níveis de aprendizagens.

c) Desenvolver as diferentes linguagens, como meio de facilitar a comunicação e a aprendizagem, utilizando os recursos tecnológicos na construção do conhecimento.

d) Desenvolver as habilidades básicas de leitura, interpretação, escrita, lógico-matemático.

e) Estimular a leitura do espaço e tempo, das informações oferecidas pelas ciências da natureza e movimento.

f) Incentivar a construção de um protagonista, cuidador do ambiente com uma visão planetária.

g) Desenvolver a formação de valores e atitudes, a fim de fortalecer os vínculos na Escola, na Família e na Sociedade.

h) Possibilitar o desenvolvimento integral do educando em seus aspectos: físico, social, afetivo, psicomotor e cognitivo, criando condições de variadas aprendizagens.



### 6.3 ENSINO MÉDIO

A Escola de Ensino Médio Nossa Senhora do Horto – Dom Pedrito, ao oferecer o Ensino Médio, tem como objetivo:

a) Consolidar e aprofundar conhecimentos, desenvolvendo habilidades e competências necessárias à integração do educando na sociedade.

b) Promover o aprimoramento do educando como pessoa humana, oportunizando a formação ética e o desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico.

c) Desenvolver as diferentes linguagens, como meio de facilitar a comunicação, utilizando os recursos tecnológicos na construção do conhecimento.

d) Aplicar os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos e históricos, relacionando a teoria com a prática, no ensino das diferentes áreas do conhecimento.

e) Orientar para o trabalho e para a construção da cidadania do educando, dando-lhe oportunidade a continuar aprendendo, de modo a ser capaz de adaptar-se às novas condições de ocupação e aperfeiçoamentos posteriores.

f) Possibilitar o desenvolvimento integral do educando em seus aspectos: físico, social, afetivo, psicomotor e cognitivo, criando condições de variadas aprendizagens.

## 7 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular da Rede Horto embasada neste documento, apresenta os princípios básicos da instituição, que envolve o compromisso da educação com a formação do cidadão crítico e participativo, responsável e comprometido que atuará individual e coletivamente na sociedade em que vive, e princípios pedagógicos os quais explicitam as ações educativas intencionais da escola necessárias ao processo de construção do conhecimento como fundamento da formação do sujeito social, tornando este documento exequível e articulado com a realidade da escola.

A Escola fixa, no Plano de Estudos, a Base Nacional Comum Curricular e a parte Diversificada.

O Plano de Estudos constitui-se de uma abordagem, essencialmente, pedagógica, expressão concreta do Projeto Político Pedagógico. Apresenta conceitos e conteúdos a serem trabalhados em tempos e espaços escolares, ou seja, está

voltado à organização dos componentes curriculares e atividades educativas, envolvendo os níveis: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, adequado às faixas etárias correspondentes e de acordo com a proposta pedagógica da Escola e Legislação vigente.

A Escola concebe uma proposta metodológica ativa, desenvolvendo um trabalho significativo, desafiador, contextualizado entre o conhecimento elaborado e as vivências do aluno, a partir da execução do Plano de Trabalho elaborado pelo professor em consonância com o Serviço de Supervisão Escolar (SSE), podendo apresentar-se em diferentes formatos: Plano Anual e/ou Trimestral, Projetos, Subprojetos e Planos de Unidades.

A Estrutura Metodológica exige constante aperfeiçoamento e adequações legais.

#### 7.1 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

A proposta pedagógica da escola prevê no seu currículo o Atendimento Educacional Especializado (AEE) – a alunos com necessidades específicas - público-alvo da educação especial, conforme a Lei 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Compreende o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, busca complementar ou suplementar a formação do estudante para a sua participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem (Resol. CNE/CEB nº 04/09 e Decreto nº 7.611/2011).

## 8 MATRIZES CURRICULARES

### 8.1 MATRIZES CURRICULARES DA ESCOLA DO HORTO DE DOM PEDRITO

#### 8.1.1 Matriz Educação Infantil

		Componente Curricular	Carga Horária Semanal		Carga Horária Anual	
			NA	NB	NA	NB
Lei Federal 9394/96	Base Comum	ATIVIDADES GLOBALIZADAS	40	40	600	600
	Parte Diversificada	Educação Física	1	1	40	40
		Língua Inglesa	1	1	40	40
		Robótica	1	1	40	40
	Total de Hora/aula			20	20	800

200 dias letivos - 800 horas/anual

#### 8.1.2 Matriz Ensino Fundamental I

		Componente Curricular	Carga Horária Semanal					Carga Horária Anual				
			1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	4º	5º
Lei Federal 9394/96	Base Comum	ATIVIDADES GLOBALIZADAS						720	720	720	720	640
	Parte Diversificada	Educação Física	1	1	1	1	1	40	40	40	40	80
		Língua Inglesa	1	1	1	1	2	40	40	40	40	80
		Ed. Tecnológica	1	1	1	1	1	40	40	40	40	40
	Total de Hora/aula			20	20	20	20	20	800	800	800	800

200 dias letivos - 800 horas/anual

### 8.1.3 Matriz Ensino Fundamental II

	Componente Curricular	Carga Horária Semanal				Carga Horária Anual				
		6º	7º	8º	9º	6º	7º	8º	9º	
Lei Federal 9394/96	Base Comum	LINGUAGENS								
		Língua Portuguesa	4	4	4	4	160	160	160	160
		Língua Espanhola	1	1	1	1	40	40	40	40
		Língua Inglesa	2	2	2	2	80	80	80	80
		Arte	1	1	1	1	40	40	40	40
		Educação Física	2	2	2	2	80	80	80	80
		MATEMÁTICA								
		Matemática	4	4	4	4	160	160	160	160
		CIÊNCIAS DA NATUREZA								
		Ciências	3	3	3	3	120	120	120	120
		CIÊNCIAS HUMANAS								
		História	2	2	2	2	80	80	80	80
		Geografia	2	2	2	2	80	80	80	80
		Ensino Religioso	2	2	2	2	80	80	80	80
		Parte Diversificada	Educação Tecnológica	2	2	2	2	80	80	80
	Total Hora/aula		25	25	25	25	1000	1000	1000	1000

200 dias letivos – 1000 horas/anual

### 8.1.4 Matriz Ensino Médio

Componente Curricular	Carga Horária Semanal			Carga Horária Anual		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º
LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS						
Língua Portuguesa	5	4	5	200	160	200
Literatura	1	1	2	40	40	80
Língua Inglesa	1	1	1	40	40	40
Língua Espanhola	1	1	1	40	40	40
Educação Física	2	2	2	80	80	80
Arte	1	1	-	40	40	-
MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS						
Matemática	4	4	4	160	160	160
CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS						
Física	3	3	3	120	120	120
Química	3	3	3	120	120	120
Biologia	3	3	3	120	120	120
CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS						
Geografia	1	2	2	40	80	80
História	1	2	2	40	80	80
Filosofia	2	1	1	80	40	40
Sociologia	1	1	-	40	40	-
Ensino Religioso	1	1	1	40	40	40
Total Hora/aula				1200	1200	1200

200 dias letivos – 1200 horas/anual

## 8.2 MATRIZES CURRICULARES DA ESCOLA DO HORTO DE URUGUAIANA

### 8.2.1 Matriz Educação Infantil

Lei Federal 9394/96	Base Comum	Componente Curricular	Carga Horária Semanal			Carga Horária Anual		
			Maternal	Nível I	Nível II	Maternal	Nível I	Nível II
		ATIVIDADES GLOBALIZADAS	17	17	17	680	680	680
Linguagens e expressão	0	0	0	0	0	0		
Matemática	0	0	0	0	0	0		
Natureza e sociedade	0	0	0	0	0	0		
Ensino Religioso	0	0	0	0	0	0		
Arte e música	0	0	0	0	0	0		
Educação Física e Movimento	1	1	1	40	40	40		
Parte Diversificada	Língua Estrangeira	1	1	1	40	40	40	
	Ed. Tecnológica	1	1	1	40	40	40	
Total de Hora/aula		20	20	20	800	800	800	

200 dias letivos - 800 horas/anual

### 8.2.2 Matriz Ensino Fundamental I

Lei Federal 9394/96	Base Comum	Componente Curricular	Carga Horária Semanal					Carga Horária Anual				
			1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	4º	5º
		ATIVIDADES GLOBALIZADAS	17	17	17	17	16	680	680	680	640	640
Linguagens e expressão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Matemática	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Natureza e sociedade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Ensino Religioso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Arte e música	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Educação Física e Movimento	0	0	0	1	1	0	0	0	40	40		
Parte Diversificada	Língua Estrangeira Moderna (LI e LE)	1	1	1	1	2	40	40	40	80	80	
	Inic. Esportiva, Dança e Movimento	1	1	1	0	0	40	40	40	0	0	
	Ed. Tecnológica	1	1	1	1	1	40	40	40	40	40	
Total de Hora/aula		20	20	20	20	20	800	800	800	800	800	

200 dias letivos – 800 horas/anual

### 8.2.3 Matriz Ensino Fundamental II

		Carga Horária Semanal				Carga Horária Anual				
		6º	7º	8º	9º	6º	7º	8º	9º	
Lei Federal 9394/96	Base Comum	Componente Curricular								
		LINGUAGENS								
		Língua Portuguesa	4	4	4	4	160	160	160	160
		Língua Estrangeira Moderna (LI e LE)	4	4	4	4	160	160	160	160
		Educação Física	2	2	2	2	80	80	80	80
		Arte/Educação Musical	1	1	1	1	40	40	40	40
		Ensino Religioso	1	1	1	1	40	40	40	40
		MATEMÁTICA								
		Matemática	4	4	4	4	160	160	160	160
		CIÊNCIAS DA NATUREZA								
		Ciências	3	3	3	3	120	120	120	120
		CIÊNCIAS HUMANAS								
		História	2	2	2	2	80	80	80	80
		Geografia	2	2	2	2	80	80	80	80
	Parte Diversificada	Ed. Tecnológica	2	2	2	2	80	80	80	80
Total de Hora/aula		25	25	25	25	1000	1000	1000	1000	

200 dias letivos – 1000 horas/ano

### 8.3 MATRIZES CURRICULARES DA ESCOLA MADRE RAFFO

#### 8.3.1 Matriz Educação Infantil

		Componente Curricular	Carga Horária Semanal		Carga Horária Anual		
			NA	NB	NA	NB	
Lei Federal 9394/96	Base Comum	CONHECIMENTO DE MUNDO	18	17	780	760	
		Linguagem Oral e Escrita	0	0	0	0	
		Natureza e sociedade	0	0	0	0	
		Matemática	0	0	0	0	
		Educação Física	1	1	20	20	
		Música	0	1	0	20	
		Artes Visuais	0	0	0	0	
		FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL					
		Educação Tecnológica	1	1	20	20	
		IDENTIDADE E AUTONOMIA					
	Parte Diversificada	Ensino Religioso	0	0	0	0	
		Língua Inglesa	0	0	0	0	
		Informática	0	0	0	0	
	Total de Hora/aula			20	20	800	800

200 dias letivos – 800 horas/anual



### 8.3.2 Matriz Ensino Fundamental I

	Componente Curricular	Carga Horária Semanal					Carga Horária Anual						
		1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	4º	5º		
Lei Federal 9394/96	Base Comum	LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS											
		Língua Portuguesa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		Educação Física	1	1	1	1	1	40	40	40	40	40	
		Música	1	1	1	1	1	40	40	40	40	40	
		CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS											
		Geografia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		História	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS											
		Ciências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS											
		Matemática	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		Educação Tecnológica	1	1	1	1	1	40	40	40	40	40	
		Parte Diversificada	Ensino Religioso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			Língua Inglesa	1	1	1	1	1	40	40	40	40	40
Total de Hora/aula		20	20	20	20	20	800	800	800	800	800		

200 dias letivos - 800 horas/anuais

### 8.3.3 Matriz Ensino Fundamental II

	Componente Curricular	Carga Horária Semanal				Carga Horária Anual			
		6º	7º	8º	9º	6º	7º	8º	9º
Lei Federal 9394/96	LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS								
	Língua Portuguesa	4	4	4	4	160	160	160	160
	Educação Física	2	2	2	2	80	80	80	80
	Arte	1	1	1	1	40	40	40	40
	CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS								
	Geografia	2	2	2	2	80	80	80	80
	História	2	2	2	2	80	80	80	80
	CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS								
	Ciências	3	3	3	3	120	120	120	120
	MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS								
	Matemática	4	4	4	4	160	160	160	160
	CIÊNCIAS HUMANAS								
	História	2	2	2	2	80	80	80	80
	Geografia	2	2	2	2	80	80	80	80
	Ensino Religioso	1	1	1	1	40	40	40	40
	Língua Inglesa	2	2	2	2	80	80	80	80
	Língua Espanhola	2	2	2	2	80	80	80	80
	Educação Tecnológica	2	2	2	2	80	80	80	80
	Total de Hora/aula	25	25	25	25	1000	1000	1000	1000

200 dias letivos – 1000 horas/anual

## 9 REGIME ESCOLAR

### 9.1 ORGANIZAÇÃO DE CURSOS E CALENDÁRIOS

A Escola tem regime de matrícula seriado anual e organiza a Educação Básica de acordo com a legislação vigente, garantindo 200 dias letivos e carga horária mínima anual de 800 horas no Ensino Fundamental e 1200 horas no Ensino Médio. Será submetido à apreciação do órgão próprio do Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul para aprovação, antecedente ao início das atividades letivas, sempre que a legislação em vigor assim o exigir.

O Calendário Escolar consta no Plano Político Pedagógico (PPP) e é aprovado pelo Conselho Técnico Administrativo-Pedagógico (CTAP), atendendo às determinações legais e ao disposto neste Regimento.

Atendendo às peculiaridades locais e legislação pertinente, o calendário será elaborado pela Equipe Administrativa e Equipe Pedagógica e aprovado pela Mantenedora, que preverá os dias e as etapas letivas, os dias destinados à recuperação, férias escolares, recessos, feriados e dias santos, comemorações e atividades específicas.

## 9.2 MATRÍCULA

A matrícula na Escola é efetuada em data prevista no Calendário Escolar.

O processo de matrícula compreende:

- a) A admissão de alunos que frequentam a Escola.
- b) A admissão de alunos novos.
- c) A admissão de alunos novos, mediante transferência, no decorrer do ano letivo.

A Escola se reserva o direito de não renovar a matrícula de alunos em casos especiais de indisciplina e/ou outros, com o consenso e autorização do CTAP.

A efetivação da matrícula só ocorre após a apresentação completa dos documentos comprobatórios exigidos pela Escola.

No ato da matrícula, é assinado um contrato de prestação de serviço e Termos Aditivos entre a Escola e os Pais e/ou Responsáveis, por se tratar de alunos menores.

Para a matrícula nas classes de Educação Infantil, a idade requerida para o ingresso no Maternal, é de 3 anos; para o Nível A, é de 4 anos; para o Nível B, é 5 anos; para o 1º ano do Ensino Fundamental, é de 6 anos.

O estudante deve ter a idade estabelecida para a matrícula em cada nível de ensino, conforme legislação vigente.

Os alunos novos necessitam agendar entrevista com o SSE e SOE para conhecerem a proposta pedagógica da escola. Após a entrevista, os familiares recebem a autorização do diretor/a para efetuarem a matrícula.

### 9.3 TRANSFERÊNCIA ESCOLAR

A aceitação de aluno egresso de outras escolas fica condicionada aos seguintes critérios:

- a) Existência de vaga no ano correspondente.
- b) Apresentação de carta de quitação da escola anterior.
- c) Possibilidade de adaptação ao currículo da Escola.

Compete ao Supervisor Escolar fazer o estudo do Histórico Escolar e emitir parecer sobre a possibilidade de adaptação ao currículo da escola receptora.

O pedido de cancelamento de matrícula ou transferência para outra Escola realizado pelos pais ou responsáveis é atendido, mediante apresentação do atestado de vaga. Em caso de maior de idade do aluno, o pedido pode ser feito pelo próprio, resguardado o Contrato da Matrícula.

### 9.4 CLASSIFICAÇÃO

A classificação em qualquer ano do Ensino Fundamental, exceto no 1º ano, pode ser feita:

- a) Por promoção, para alunos que cursaram com aproveitamento o ano ou fase anterior, na própria escola.
- b) Por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas.
- c) Independente de escolarização anterior, pode ocorrer à reclassificação, mediante avaliação feita pela Escola, definindo o grau de desenvolvimento e aprendizagens do candidato, matriculando-o no ano adequado.

### 9.5 ADAPTAÇÃO

O Serviço de Supervisão Escolar analisa os documentos do aluno matriculado por transferência, confrontando-os com o Plano de Estudos da Escola, possibilitando adaptações curriculares e aproveitamento de estudos, quando necessário.

### 9.6 AVANÇO

O avanço poderá ocorrer mediante reconhecimento de que o aluno apresenta conhecimentos, competências e habilidades em nível superior aos do ano que está cursando, podendo ser promovido, ainda durante o ano letivo.

## 9.7 FREQUÊNCIA

Para ser aprovado, ao final do ano letivo, o aluno deverá ter frequência mínima de 60% Educação Infantil e 75% para o Ensino Fundamental e Médio do total das horas letivas anuais.

## 9.8 PROGRESSÃO PARCIAL

A escola não oferece serviços especiais de Estudos em disciplinas na forma de Progressão Parcial.

## 9.9 CERTIFICAÇÃO

O Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio será expedido de acordo com a legislação vigente.

## **10 AVALIAÇÃO**

A avaliação é um processo contínuo e cumulativo, através do qual se analisam e constata a ação educacional, fazendo-se o diagnóstico, o acompanhamento e o controle da operacionalização curricular.

### 10.1 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

As Escolas adotam um processo sistemático de avaliação realizando, periodicamente, levantamento de dados que possibilitam alternativas de ação, considerando a Avaliação da Aprendizagem do aluno e a Avaliação Institucional.

Os resultados da avaliação da Escola, em sua função diagnóstica, embasam o replanejamento da ação pedagógica, no decorrer do ano letivo, servindo como base para o planejamento do ano seguinte.

### 10.2 AVALIAÇÃO DO ALUNO

A avaliação se constitui instrumento que acompanha a aprendizagem do aluno, sujeito do processo educativo, considerando aquisição do conhecimento, habilidades, atitudes e valores, articulado com os princípios definidos pela Educação Básica, redimensionados e apresentados no Projeto Político Pedagógico da escola.

A avaliação é realizada de forma contínua, cumulativa e cooperativa, com predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Assim, a avaliação é:

a) Formativa, pois considera o processo avaliativo uma oportunidade de oferta de meios para o crescimento, reconhecimento das dificuldades e aceitação das diferenças.

b) Dialógica, pois compreende que alunos e educadores se avaliam e autoavaliam.

c) Diagnóstica, pois realiza a captação das necessidades, a partir do confronto entre o real e o desejado, intervindo na realidade, favorecendo a possibilidade de refazer a ação de aprender.

d) Promotora de crescimento no ser, no conviver e no fazer, e na construção da cidadania envolvendo valores humanizantes.

e) Progressiva, pois analisa o avanço e valoriza a aprendizagem do aluno, buscando solucionar dificuldades.

f) Sistemática, pois acompanha o desenvolvimento das habilidades em aplicar conhecimentos em diferentes situações.

A avaliação respeita a Inclusão Escolar, atendendo as diferentes características e necessidades especiais dos alunos, que assim necessitam.

### **10.2.1 Princípios**

A Escola, no acompanhamento da Avaliação, considera relevantes os seguintes princípios:

a) Preservar o processo e continuidade da avaliação da aprendizagem.

b) Preservar a valorização da qualidade sobre a quantidade.

c) Valorizar o rendimento escolar ao longo do ano letivo, nos trimestres, nas recuperações paralelas e recuperação final.

d) Respeitar os tempos de aprendizagem de cada aluno.

e) Atender as diferentes características e necessidades especiais dos alunos, respeitando a inclusão escolar.

f) Valorizar o desenvolvimento integral do aluno.

### **10.2.2 Instrumentos de avaliação**

Os instrumentos e as técnicas utilizados na avaliação são diversificados, a fim de oportunizar uma avaliação adequada aos objetivos propostos, às diferentes características dos alunos e do processo pedagógico.

O SSE orienta e acompanha o processo de elaboração de instrumentos e estratégias de avaliação.

São considerados instrumentos de avaliação, entre outros:

- a) Ficha para registro de observação e acompanhamento do processo de construção do conhecimento e desenvolvimento de habilidades.
- b) Trabalho e exercício individual ou em grupo, de forma escrita e/ou oral.
- c) Autoavaliação.
- d) Trabalho individual ou em grupo, interdisciplinar, usando diferentes linguagens.
- e) Avaliação individual de determinado componente curricular.

### **10.2.3 Critérios de avaliação**

Os critérios de avaliação, para fins de promoção, envolvem:

- a) Aproveitamento dos estudos com êxito de acordo com o acompanhamento e expressão de resultados, desenvolvimento de habilidades e competências, e alcance dos objetivos propostos para o ano letivo, que o aluno está cursando;
- b) Frequência mínima de 75% do total das horas letivas para o Ensino Fundamental e Ensino Médio e 60% na Educação Infantil.

Outros critérios de avaliação poderão ser estabelecidos sob a orientação do SSE.

### **10.2.4 Conselho de Classe**

O Conselho de Classe é órgão colegiado, realizado trimestralmente, coordenado pelo SSE e pelo SOE. É constituído pela Equipe Administrativa e Professores dos componentes curriculares da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

O Conselho de Classe tem por atribuição:

- a) Avaliar em conjunto, o processo ensino-aprendizagem no trimestre;

b) Avaliar o aluno, individualmente, nos aspectos formativos, através de instrumentos elaborados pelo próprio Conselho de Classe.

c) Oferecer subsídios aos professores para melhorar o aproveitamento escolar do aluno.

d) Analisar os resultados dos alunos com baixo desempenho nos aspectos quantitativos e qualitativos, encaminhando-os para atendimento no SOE e SSE.

e) Encaminhar à direção, ao SOE e ao SSE tomadas de decisão quanto à turma e ao aluno, individualmente.

f) Decidir sobre a promoção do aluno que realizar Recuperação Final, fazendo valer os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, sempre que for necessário.

### **10.2.5 Formas de Acompanhamento e Expressão de Resultados**

A verificação do aproveitamento escolar, para fins de promoção, compreende a avaliação do processo de crescimento do aluno, ao longo do período letivo.

Na **Educação Infantil**, o resultado da avaliação do desempenho do aluno, é expresso através de relatório individual, revelando o desenvolvimento do mesmo, entregue aos pais ou responsáveis, a cada trimestre. O registro do desenvolvimento do aluno não tem como objetivo a promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental.

No **Ensino Fundamental I, de 1º a 5º ano**, ao final de cada trimestre, o acompanhamento do desempenho do aluno, será feito pelo professor, em registros de observações e avaliações escritas, expressos através de relatórios descritivos, apresentados aos pais ou responsáveis, ao final de cada trimestre. Do 1º ano ao 3º ano do Ensino Fundamental, o acesso é sequencial, sem reprovação. A retenção poderá ocorrer no final do 3º ano Ensino Fundamental.

No **Ensino Fundamental II, de 6º a 9º ano**, ao final de cada trimestre, o resultado do aproveitamento escolar é aferido através da avaliação sistemática e contínua, constando de diferentes instrumentos.

A avaliação é expressa em notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), em números inteiros, podendo variar em 0,5 (cinco décimos). O resultado do somatório das notas obtidas nos trimestres é dividido por 4, pois o último trimestre tem peso 2, constituindo a Média Anual.



O aluno que obtiver Média anual igual ou superior a 7,0 ( sete), em todos os componentes curriculares e frequência igual ou superior a 75% da aulas previstas, será aprovado para o ano seguinte.

Para o aluno que não atingir a Média Anual 7,0 (sete), será oferecido Estudos de Recuperação Final. A nota resultante de avaliações neste período será somada à Média Anual e dividida por 2, resultando a Média Final, que deverá ser, para fins de aprovação no mínimo 5,0 (cinco).

No **Ensino Médio**, de 1º a 3º ano, ao final de cada trimestre, o resultado do aproveitamento escolar é aferido através da avaliação sistemática e contínua, constando de diferentes instrumentos.

A avaliação é expressa em notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), em números inteiros, podendo variar em 0,5 (cinco décimos). O resultado do somatório das notas obtidas nos trimestres é dividido por 4, pois o último trimestre tem peso 2, constituindo a Média Anual.

O aluno que obtiver Média anual igual ou superior a 7,0 (sete), em todos os componentes curriculares e frequência igual ou superior a 75% das aulas previstas, será aprovado para o ano seguinte.

Para o aluno que não atingir a Média Anual 7,0 (sete), será oferecido Recuperação Final. A nota resultante de avaliações neste período será somada à Média Anual e dividida por 2, resultando a Média Final, que deverá ser, para fins de aprovação no mínimo 5,0 (cinco).

O resultado avaliativo dos alunos com Necessidades Especiais do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio deverá ser expresso por Parecer Descritivo.

A expressão do resultado do aproveitamento do aluno, de 1º ano a 9º ano, do Ensino Fundamental e de 1º a 3º ano do Ensino Médio, no final do ano letivo, será feita por uma das seguintes menções:

A = APROVADO  
NA = NÃO APROVADO

#### **10.2.6 Níveis de Promoção**

Será considerado **Aprovado**, o aluno que, ao final do ano letivo:

- a) Atingir os objetivos e habilidades propostos para o ano que está cursando.
- b) Atingir, no mínimo, frequência de 75% das aulas previstas para o Ano Letivo.

c) Obter Média Anual igual ou superior a 7,0 (sete) em todos os componentes curriculares ou, após Recuperação Final, Média Final igual ou superior a 5,0 (cinco) de 6º a 9º ano do Ensino Fundamental, e de 1º a 3º ano no Ensino Médio.

No 1º e 2º ano, por determinação legal, o aluno não pode ser retido, devendo ser automaticamente aprovado para o 3º ano.

Será considerado **Não Aprovado**, o aluno que ao final do Ano Letivo:

a) Não atingir os objetivos e habilidades mínimas exigidas para o ano que está cursando;

b) Obter frequência inferior a 75% das aulas previstas para Ano Letivo.

c) Não atingir Média Final 5,0 (cinco), após estudos de Recuperação Final, de 6º a 9º ano, do Ensino Fundamental;

d) Não atingir Média Final 5,0 (cinco), após estudos de Recuperação Final, de 1º a 3º ano, do Ensino Médio.

### **10.2.7 Recuperação**

A Recuperação Paralela é realizada ao longo do período letivo, mediante acompanhamento contínuo, através de trabalhos diversificados, tarefas e/ou atendimento especial, para alunos que apresentam aproveitamento insuficiente.

As atividades de Recuperação Paralela são planejadas pelo professor e acompanhadas pelo SSE.

Será oferecida **Recuperação Final** ao término do ano letivo, para os alunos de 6º a 9º ano do Ensino Fundamental, e alunos de 1º ano a 3º ano do Ensino Médio, com baixo rendimento escolar, que não obtiveram **Média Anual** 7,0 (sete) nos componentes curriculares.

O Conselho de Classe, a ser realizado após a Recuperação Final, tem autonomia para julgar casos especiais em dificuldade de alcançar a média final.

### **10.2.8 Estudos Compensatórios de Infrequência**

O aluno terá direito a Estudos Compensatórios de Infrequência justificada por atestado médico ou com autorização do CTAP.

### **10.2.9 Revisão de Provas**

O aluno tem o direito de solicitar revisão de provas finais e de avaliações de recuperação, desde que a(s) requeira em até 24 (vinte e quatro) horas após a divulgação do(s) resultado(s).

Para atender a revisões, a Supervisão Pedagógica convocará o professor da disciplina para o atendimento à solicitação.

## **11 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA**

### **11.1 REPRESENTANTE DA ENTIDADE MANTENEDORA**

A Associação Instrução Educação e Caridade, Mantenedora da Escola, é representada legalmente por um de seus membros, associados, pertencentes à Congregação Religiosa em cada unidade escolar. A representante, além de assistir à unidade escolar como Estabelecimento legitimamente constituído é a ouvidora e multiplicadora em todos os casos que requeiram a presença da representante legal estatutária da Instituição no que se refere a resoluções necessárias. Nenhuma resolução de ordem legal poderá ser decidida por ela a não ser por delegação e procuração específica. A representante é designada por ato da Congregação Religiosa e referendado pela Diretoria Estatutária da Mantenedora, podendo tal designação ser revista por quem de direito (Congregação) a qualquer tempo.

### **11.2 A DIREÇÃO**

A Direção é exercida pelo(a) Diretor(a), assessorado(a) pela Equipe Administrativa e pelo Conselho Técnico-Administrativo-Pedagógico.

#### **11.2.1 Diretor(a)**

O(a) Diretor(a), designado(a) e nomeado(a) pela Entidade Mantenedora, é a pessoa que representa legalmente a Escola, tendo sob seu encargo a coordenação de todas as atividades técnico-pedagógicas do estabelecimento, como também, a resolução de casos omissos que não estão expressos no Regimento, no que se refere aos aspectos pedagógicos, após consulta ao CTAP.

### **11.2.2 Assistente de Direção**

O cargo de Assistente de Direção será exercido por uma religiosa na escola e nomeado (a) pela Entidade Mantenedora. A Assistente de Direção é a pessoa que substitui o (a) Diretor (a) na sua ausência ou afastamento por tempo determinado em caráter provisório e terá a incumbência precípua de ouvidoria institucional.

### **11.2.3 Equipe Administrativa**

A Equipe Administrativa é composta pelo(a) Diretor(a) e Assistente de Direção/Representante da Entidade Mantenedora.

As deliberações são tomadas com o consenso dos membros presentes e, em caso de divergência, cabe ao (a) Diretor(a) a decisão.

## **11.3 CONSELHO TÉCNICO - ADMINISTRATIVO - PEDAGÓGICO**

O CTAP é órgão consultivo, deliberativo e de assessoramento à Direção, compartilhando com a mesma, a responsabilidade da unificação e dinamização das atividades escolares.

O Conselho Técnico-Administrativo-Pedagógico é constituído por:

- a) Representante da Entidade Mantenedora;
- b) Diretor(a), que o preside;
- c) Supervisor(a) Escolar;
- d) Orientador(a) Educacional.
- e) Coordenador(a) Serviço de Pastoral Escolar

O Conselho Técnico-Administrativo-Pedagógico reúne-se, em sessões ordinárias, conforme previsão no Plano Global e, extraordinariamente, sempre que necessário.

As reuniões extraordinárias são convocadas pelo(a) Diretor(a).

## **11.4 SERVIÇO DE SUPERVISÃO ESCOLAR (SSE)**

O Serviço de Supervisão Escolar é exercido por profissional habilitado, selecionado pela Equipe Administrativa, tendo como finalidade acompanhar o desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico, coordenando, assessorando e contribuindo para a conscientização e operacionalização da Proposta Educativa Gianellina.

### 11.5 SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL (SOE)

O Serviço de Orientação Educacional é exercido por profissional habilitado, selecionado pela Equipe Administrativa, tendo como finalidade auxiliar a comunidade educativa a manter um clima favorável ao convívio e à aprendizagem, bem como, acompanhar o desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico.

### 11.6 SERVIÇO DE PASTORAL ESCOLAR (SPE)

O Serviço de Pastoral Escolar, coordenado por pessoa habilitada, indicada pela Equipe Administrativa, tendo como finalidade auxiliar a comunidade educativa, contribuindo com ações dinamizadoras da Pastoral Educacional, no ambiente da Escola.

### 11.7 SERVIÇO SOCIAL

O setor de Serviço Social é responsável pela triagem e seleção dos candidatos a bolsa de estudo escolar solicitada pelas famílias, mediante estudo socioeconômico, apresentando os resultados à Direção.

Busca promover, por meio de ações de inclusão social de forma integrada com a Coordenação Pedagógica, Orientação Educacional, Pastoral Escolar e com os órgãos competentes.

Realiza visitas domiciliares e institucionais objetivando conhecer o contexto sócio familiar do aluno, trocando informações e orientações que contribuam com a garantia do desenvolvimento integral do mesmo, visando o pleno exercício da cidadania dentro dos referenciais de uma educação de qualidade e dos valores da Missão Gianellina.

### 11.8 SERVIÇO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O Serviço de Atendimento Educacional Especializado caracteriza-se por atendimento pedagógico e não clínico, tendo como função complementar ou suplementar à formação do aluno por meio da disponibilização de práticas, recursos de acessibilidade e estratégias que minimizem e/ou eliminem as barreiras para a plena participação na sociedade deste e desenvolvimento de sua aprendizagem.

## 11.9 CORPO DOCENTE

O Corpo Docente é constituído por professores, devidamente habilitados, para exercer a função, de acordo com a legislação vigente, e é integrado por professores contratados pela Escola.

É passível de advertência ou mesmo desligamento, a critério do CTAP, o professor que não cumpra deveres/vedações descritos no Regimento Escolar. A forma de desligamento obedece às normas da Legislação Trabalhista.

## 11.10 CORPO DISCENTE

O Corpo Discente é constituído pelos alunos matriculados na Escola.

A Escola propicia ao aluno o direito de:

- a) Conviver em ambiente harmonioso ao desenvolvimento integral de suas habilidades e potencialidades.
- b) Frequentar as aulas, participando das atividades curriculares;
- c) Sugerir à Direção e ao Corpo Docente ações que favoreçam a eficiência e a eficácia na dinâmica educacional.
- d) Apresentar as dificuldades encontradas na aprendizagem e solicitar explicações aos respectivos professores.
- e) Exercer a função de representante da turma, quando para isso for eleito.
- f) Apresentar razões, contra qualquer tratamento equivocado, por parte da administração, dos professores ou de servidores, a quem de direito.
- g) Conhecer o presente Regimento e solicitar informações sobre o mesmo.

### 11.10.1 É compromisso do aluno

- a) Assumir a proposta educativa da Escola.
- b) Respeitar as normas da Escola.
- c) Responsabilizar-se por suas decisões.
- d) Respeitar todas as pessoas da Comunidade Educativa.
- e) Zelar pelo patrimônio da Escola, responsabilizando-se por danos causados ao mesmo, ressarcindo danos ocasionados, sempre que provocados.
- f) Ser assíduo e pontual nas atividades escolares.

### **11.10.2 É vedado ao aluno**

- a) Afastar-se da sala de aula e da Escola, sem a devida autorização, durante o horário escolar.
- b) Causar danos voluntários ao patrimônio da Escola.
- c) Usar, sem a devida autorização da Direção, o nome da Escola para qualquer tipo de promoção.
- d) Organizar dentro da Escola passeios ou excursões, sem autorização da Direção.
- e) Causar lesões voluntárias a qualquer membro da Comunidade Escolar.
- f) Proferir ofensas verbais escritas no recinto escolar e nas redes sociais envolvendo o nome da escola e de qualquer membro da comunidade escolar, colegas, professores.
- g) Cometer atos de indisciplina e praticar *bullying* em qualquer ambiente escolar e contra membros da comunidade escolar.
- h) Praticar Intimidação de qualquer espécie e/ou constrangimento físico e psicológico.
- i) Trazer e fazer uso na escola de drogas e assemelhados, materiais cortantes, explosivos e objetos que possam trazer riscos para integridade física e moral das pessoas.

### **11.10.3 Medidas Pedagógicas**

Pela inobservância das normas escolares, o aluno é passível das seguintes medidas pedagógicas:

- a) Aconselhamento oral pelo professor, SSE, SOE ou Direção.
- b) Uma advertência oral e uma por escrito, feitas pelo (a) professor (a) ou Assistente de turno.
- c) Esgotadas as alternativas do item (a), será encaminhado ao SOE, SSE e/ou Direção para o devido acompanhamento e registro.
- d) Advertência por escrito e contato com a família.
- e) Afastamento temporário da sala de aula.
- f) Esgotados os itens (a), (b) e (c), o aluno está sujeito a medidas pedagógica e/ou suspensão de um a três dias.

g) Comunicação ao Conselho Tutelar e Ministério Público de acordo com a necessidade, e o encaminhamento do caso para apreciação e providências legais.

h) Na reincidência de motivos que implicam afastamento, a família assumirá o Termo Compromisso estabelecido pela escola, consistindo na comunicação formal aos responsáveis de que a próxima medida será a Transferência Assistida.

Ao danificar instalações, máquinas, equipamentos da Instituição, ou de colegas e funcionários, seu causador deverá promover integralmente sua substituição ou recuperação, por seus pais e/ou responsável legal.

O Conselho Tutelar será acionado para as devidas providências legais, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, no atendimento ao seu Art. 56, quando houver evidências de maus-tratos envolvendo os alunos, reiteração de faltas injustificadas, de evasão escolar, elevados níveis de repetências e a inobservância aos chamamentos dos responsáveis quando esgotados os recursos escolares.

As medidas pedagógicas acima descritas podem não ser aplicadas na sequência apresentada, considerando a gravidade da falta.

## 11.11 SERVIÇOS DE APOIO PEDAGÓGICO

### 11.11.1 Biblioteca Escolar

A Biblioteca Escolar é um espaço pedagógico da Escola, utilizado como recurso para estudo, pesquisas e leitura dos alunos, professores e comunidade escolar.

O Serviço da Biblioteca Escolar é desenvolvido com o assessoramento de Técnico em Biblioteconomia.

### 11.11.2 Laboratório de Multimídia

Este serviço pedagógico é utilizado como recurso didático, proporcionando aos educandos mais uma oportunidade para a construção do conhecimento e complementação de estudos, através do uso da Internet e elaboração de trabalhos, desenvolvendo a habilidade de pesquisa.



### **11.11.3 Serviço de Assistência**

Este Serviço tem o encargo zelar pelo bom andamento das atividades escolares, auxiliando o professor, controlando problemas disciplinares e situações de emergência e primeiros socorros.

### **11.11.4 Sala de Recursos Multifuncionais**

A Sala de Recursos Multifuncionais é um ambiente pedagógico utilizado por profissional habilitado, proporcionando aos alunos, com necessidades especiais, oportunidades para construção de seu desenvolvimento e aprendizado.

## **11.12 SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO**

### **11.12.1 Serviço de Secretaria**

Este Serviço é exercido por pessoa habilitada, que tem a seu encargo a escrituração e o arquivo dos dados referentes à vida escolar, bem como, a organização e atualização dos registros referentes à vida funcional dos professores, do pessoal das áreas administrativa, pedagógica e auxiliares de Serviços Gerais da Escola.

### **11.12.2 Serviço de Tesouraria**

Este Serviço é exercido por pessoa habilitada, que tem como encargo o controle das finanças e da contabilidade da Escola.

### **11.12.3 Serviços Gerais**

Este serviço é coordenado pela Equipe Administrativa e compreende:

#### **11.12.3.1 Setor de Conservação e Limpeza**

Compete ao Setor executar as tarefas de conservação e limpeza do prédio e mobiliário da Escola.

#### **11.12.3.2 Setor de Recepção**

Este Serviço tem o encargo de acolher com cordialidade as pessoas que chegam à Escola, encaminhando-as devidamente para ao Setor ou Serviço solicitado.

#### **11.12.4 Serviço de Comunicação e Marketing**

A Assessoria de Comunicação é um setor orientado pela Equipe Administrativa com o objetivo de promover a comunicação entre diferentes áreas e setores das unidades escolares, promovendo a interação com os alunos, as famílias e comunidade, além de divulgar a gestão administrativo/pedagógica das escolas.

#### **11.13 INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES**

##### **11.13.1 Grupo de Apoio de Pais Representantes de Turmas (GAPRT)**

O Grupo de Apoio de Pais Representantes de Turmas congrega Pais Representantes de cada Turma, convidados pela Equipe Administrativa e representados por Pais nomeados pela Equipe Diretiva da Escola.

O GAPRT é um grupo auxiliar interno e consultivo, com finalidade social, cívica, cultural, educativa e desportiva, visando o apoio as resoluções internas emanadas e a Legislação do Ensino, abstendo-se da ingerência administrativa que implique em Cogestão.

##### **11.13.2 Grêmio Estudantil**

O Grêmio Estudantil tem finalidade social, cívica, cultural, educativa e desportiva. Terá suas ações regradas por regimento interno aprovado pela Equipe Administrativa com assessoria e supervisão do SOE/SSE. Os representantes do Grêmio Estudantil serão escolhidos por indicação de cada turma do Ensino Fundamental II e Médio. A composição da chapa para liderança do Grêmio Estudantil deverá recair dentre os membros indicados pelas turmas, considerando o interesse, o plano de trabalho para a gestão e comprometimento e compromisso escolar, abstendo-se de indisciplinas, resguardando a ética, boas maneiras, responsabilidades. O Grêmio não poderá praticar atos políticos e partidários no recinto escolar e fora dele utilizando-se do nome da Escola e de seus representantes.

##### **11.13.3 Pais ou Responsáveis**

São direitos dos pais ou responsáveis:

- a) Conhecer o Regimento Escolar, a Proposta Pedagógica das Escolas e as Normas constantes da Unidade em que o filho estuda.
- b) Ter ciência do processo pedagógico da Escola.

- c) Apresentar sugestões à Equipe Administrativa.
- d) Receber informações periódicas sobre a vida escolar do filho
- e) Solicitar reconsideração do resultado final da avaliação do seu filho.

São deveres dos pais ou responsáveis:

- a) Efetuar a matrícula do seu filho.
- b) Fornecer as informações solicitadas e acatar as recomendações da Escola, quando legítimas.
- c) Comunicar a Direção os problemas de saúde do seu filho e as providências emergenciais a serem tomadas pelo estabelecimento, em caso de necessidade.
- d) Justificar junto à secretaria, as faltas ou afastamento temporário do filho, zelando pelo cumprimento da frequência exigida por lei.
- e) Comparecer às entrevistas na Escola, quando convocados pelo Professor, Equipe Pedagógica ou Direção, acordando outra data quando não puder comparecer.
- f) Atuar, sempre, em parceria com as recomendações da equipe escolar, principalmente, no caso do filho apresentar dificuldades escolares temporárias ou permanentes, colaborando no que lhe for solicitado e assumindo o que lhes couber.
- g) Comunicar a Direção qualquer irregularidade de que tiver conhecimento no funcionamento da Escola.
- h) Zelar pelo bom nome da Escola, abstendo-se de comentários depreciativos com seus servidores ou com terceiros.
- i) Tomar conhecimento dos comunicados da Escola e assiná-los sempre que se fizer necessária sua ciência.
- j) Manter em dia o pagamento das mensalidades e taxas constantes do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, com o qual concordou e que assinou.
- k) Privilegiar o uso de cadernos adequados e verificar o material trazido diariamente pelo aluno(a), visando atender às necessidades das aulas do dia e a evitar os males resultantes da locomoção com peso excessivo.
- l) Adquirir o material escolar determinado pela escola e necessário ao acompanhamento das atividades educacionais pelo(s) aluno(s), assumindo os responsáveis legais a inteira responsabilidade por qualquer fato que venha a prejudicar o(s) aluno(s) pelo descumprimento da obrigação.

m) Tomar ciência do conteúdo e de eventuais anotações da agenda escolar ou de ofícios da escola que poderão ser entregues em sala de aula ou via correios e publicados na página da Internet.

n) Comprometer-se a fazer com que o aluno cumpra o Calendário Escolar e os horários estabelecidos pela escola, assumindo total responsabilidade pelas consequências advindas da não observância destes.

o) Estar cientes da obrigatoriedade do uso do uniforme escolar completo por parte do(s) aluno(s), assumindo a responsabilidade por sanções que venham a prejudicar o(s) mesmo(s) pelo descumprimento desta obrigação.

Os responsáveis legais, desde já autorizam, a título gratuito, o uso eventual de imagem, pela escola, para fins de divulgação da instituição e de suas atividades, podendo para tanto, reproduzi-la ou divulgá-la junto à internet, jornais, folders e a todos os demais meios de comunicação, públicos e privados. E as saídas a campo, estudos, roteiros, visitas a museus e afins, que fizerem parte do planejamento pedagógico e prática educacional, ficam expressamente autorizadas pelos responsáveis legais, dispensando o consentimento individualizado quando ocorrerem no âmbito municipal. Saídas a campo (fora do âmbito municipal) que necessitarem autorizações especiais serão solicitadas quando ocorrerem e deverão ser enviadas tempestivamente como determina a legislação.

## **12 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A argamassa que compõe o corpo deste PPP são ideais e fundamentos que, no dia-a-dia da escola, orienta todo o planejamento. Ele norteia as ações conjuntas das três escolas, assim como flexibiliza as nuances peculiares de cada uma delas, tendo em vista o contexto situacional de cada uma.

É fundamental que se registre que este não é um projeto fechado e encapsulado, ele caminha com a gestão curricular, sempre atenta às recomendações dos órgãos educativos competentes e as alterações que surgem das consultas avaliativas realizadas pela comunidade escolar em vários momentos, as quais se fazem necessárias, pois ao educar assume-se compromisso em reconhecer o aluno-sujeito e protagonista que deve preparar-se a exercer a humanidade no seu tempo e no seu contexto sociocultural, e que os educadores são também protagonistas do processo de transformação e socialização de saberes no melhor ambiente em movimento – a ESCOLA.

## REFERÊNCIAS

ASSMANN, Hugo. **Competência e Sensibilidade Solidária**: educar para a esperança. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 04/2009, de 02 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Saberes e Práticas da Inclusão**. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei 9394/96**. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 02 jan. 2018.

DEMO, Pedro. **Habilidade e Competências no Século XXI**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

GANDIN, Danilo. **A Prática do Planejamento Participativo**. Petrópolis: Vozes, 1994.

HENGEMÜHLE, Adelar. **Formação de Professores**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora**: uma prática em construção. Porto Alegre: Educação Realidade, 1998.

\_\_\_\_\_, Jussara. **Avaliar para Promover**: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2011.

HORTO, Instituto Filhas de Maria Santíssima do. **Carta dos Princípios Gianellinos**. Traduzido do original italiano "*Carta dei Principi Gianelliani*". Trad. Ir. Ana Maria Andreola. Porto Alegre, 2011.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**: estudos e proposições. Cortez Editora. 2011.

PERRENOUD, Philippe; GATHER, Monica. **As competências para ensinar no século XXI**: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PIGATTO, Naime. **12º Curso de Gestão Integrada**. SINEPE/RS. Porto Alegre, 2016.

REDE HORTO DE ENSINO. **Marco Referencial da Rede Horto de Ensino.** Porto Alegre, 2017.

\_\_\_\_\_. **Regimento Escolar da Rede Horto de Ensino.** Porto Alegre, 2017.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento:** Plano de Ensino – Aprendizagem e Projeto Educativo - elementos metodológicos para a elaboração e realização. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 1995